



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 625

Rio Grande do Sul: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos de 1986/1996*

José Romeu de Vasconcelos (coord.)
Carlos Antônio Fraquelli

Brasília, fevereiro de 1999

* Este documento foi elaborado no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre o IPEA e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) — Projeto BRA 93/011 — Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), e teve como coordenador José Romeu de Vasconcelos, e, como consultores, Antônio Carlos Fraquelli e Pedro Silveira Bandeira. O banco de dados foi organizado e gerenciado por José Rafael Andrade Prestes. A pesquisa de campo foi realizada por Marília Santos de Castro e Luciane Schmitt. As opiniões emitidas neste relatório são da exclusiva responsabilidade dos autores, não coincidindo, necessariamente, com o ponto de vista do IPEA/BIRD/STN.

** Consultores da Diretoria de Política Regional e Urbana — DIPRU do IPEA.

330.908
E59
TDI625

Rio Grande do Sul



26986-7

IPEA - BS

23/2/99

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Estado de Planejamento e Avaliação
Secretário de Estado: *Edward Amadeo*

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Presidente
Roberto Borges Martins

DIRETORIA

Claudio Monteiro Considera
Gustavo Maia Gomes
Hubimaier Cantuária Santiago
Luis Fernando Tironi
Mariano de Matos Macedo
Murilo Lôbo

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	
C D B	
N.º	TOMBO 26986-7
DATA	25 / 5 / 99

O IPEA é uma fundação pública, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e promover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 110 exemplares

COORDENAÇÃO DO EDITORIAL

Brasília — DF:
SBS Q. 1, Bl. J, Ed. ENDES, 10º andar
CEP 70076-900
Fone: (061) 315 5374 — Fax: (061) 315 5314
E-mail: editbsp@ipea.gov.br

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro — RJ:
Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14º andar
CEP 20020-010
Fone: (021) 212 1140 — Fax: (021) 220 5533
E-mail: editrj@ipea.gov.br

SUMÁRIO

SINOPSE/ABSTRACT

1	INTRODUÇÃO	7
2	O DESEMPENHO RECENTE DA ECONOMIA GAÚCHA	7
3	O COMPORTAMENTO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	14
4	INFRA-ESTRUTURA E REFORMA DO ESTADO	33
5	INVESTIMENTOS PRIVADOS	36
6	FATORES DETERMINANTES DAS OPÇÕES DE LOCALIZAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS NO RIO GRANDE DO SUL	42
7	CONCLUSÃO	50
	ANEXO A: QUESTIONÁRIO	51
	ANEXO B: COMPARAÇÃO ENTRE AS ESTIMATIVAS DO PIB ELABORADAS PELO IPEA E PELA FEE	53
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

SINOPSE

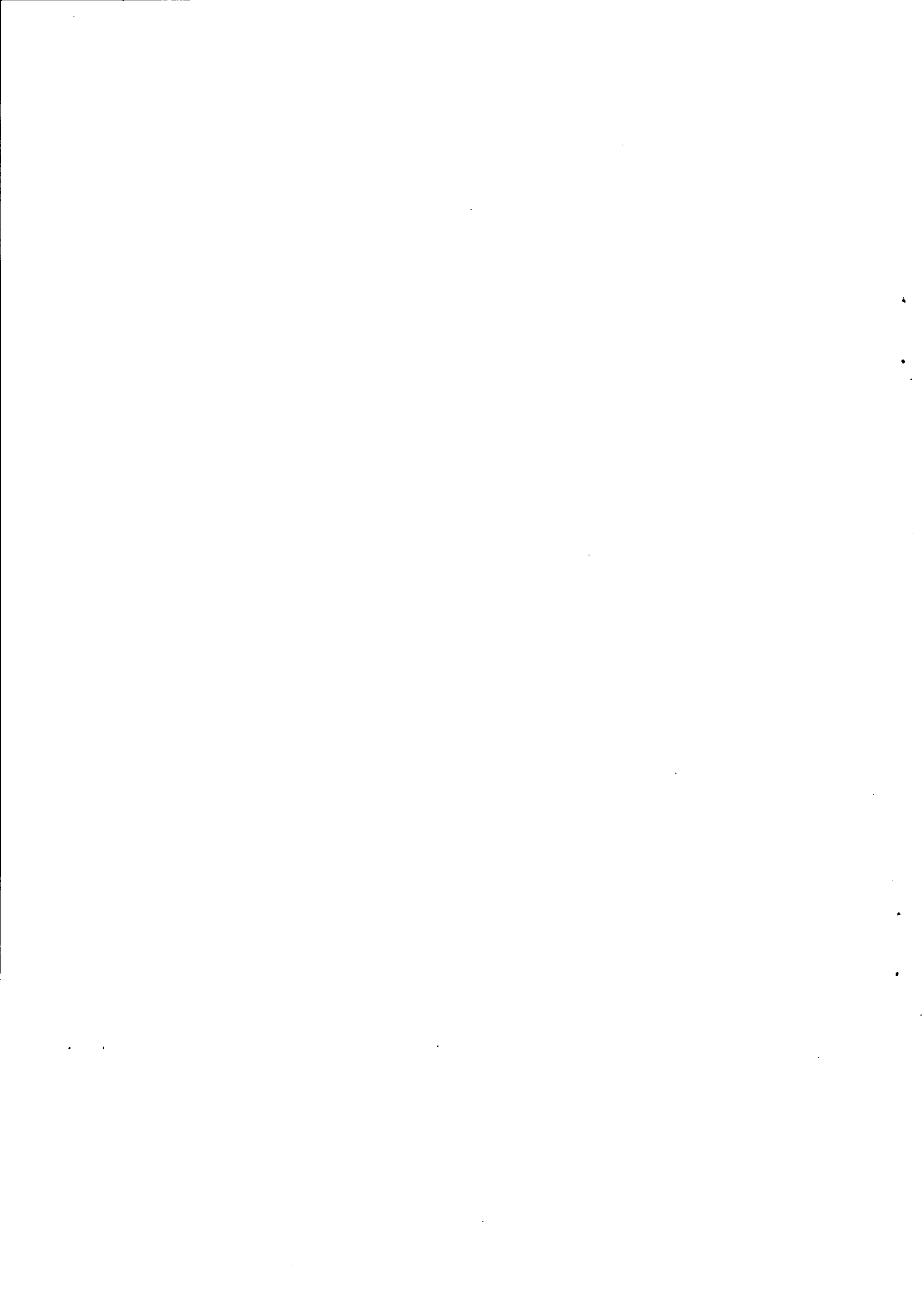
Este texto apresenta uma avaliação do desempenho recente da economia gaúcha e uma análise do comportamento de suas finanças públicas no decorrer da última década.

O documento registra os principais programas de incentivos utilizados pelo governo gaúcho com a finalidade de atrair novos investimentos privados para o estado. Entre os novos grandes empreendimentos, destacam-se duas montadoras de automóveis e uma de caminhões. Finalmente, são apresentados os resultados de uma pesquisa realizada junto a empresas que implantaram novos empreendimentos no estado, no decorrer dos últimos anos, com o objetivo de identificar os fatores determinantes em sua decisão pelo Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This text presents an evaluation of the performance of Rio Grande do Sul economy and an analysis of the behavior of the public accounts of the state in the last decade.

The document also shows the main programs of incentives sponsored by the state aiming to attract new private investments there. Among the new great investments attracted by the state, two are automobile industries and one, truck industry. Finally, the results of a research undertaken with the cooperation of companies that invested in the state in the last years are presented, identifying what are the determinant factors in their option for Rio Grande do Sul.



1 INTRODUÇÃO

O presente texto tem como finalidade proporcionar elementos para a identificação dos principais fatores que influenciaram as mais recentes decisões de localização de novos empreendimentos industriais no Rio Grande do Sul.

Os capítulos 2 e 3 apresentam uma breve avaliação do desempenho recente da economia gaúcha e uma análise do comportamento das finanças públicas estaduais no decorrer da última década.

O capítulo 4 expõe as principais medidas adotadas pela administração estadual com a finalidade de remover os estrangulamentos existentes na área de infraestrutura. Segue-se uma descrição dos principais programas de incentivos que têm sido utilizados pelo governo do estado para atrair novos investimentos privados. Finalmente, são apresentados os resultados de uma pesquisa realizada junto a empresas que anunciaram a implantação de novos empreendimentos no estado, no decorrer dos últimos anos, com o objetivo de identificar os fatores que determinaram sua opção pelo Rio Grande do Sul.

2 O DESEMPENHO RECENTE DA ECONOMIA GAÚCHA

O Rio Grande do Sul tem alcançado, no passado recente, taxa média de crescimento muito próxima à observada para o conjunto da economia brasileira. Como mostram os dados da tabela 1, entre 1985 e 1995, o PIB gaúcho cresceu, em média, 2,42% ao ano, contra 2,37% do total do país.

Nesse período, entre os estados de maior importância relativa na formação do produto interno do país, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina obtiveram resultados melhores que o Rio Grande do Sul, com 2,81%, 3,61% e 3,21% ao ano, respectivamente. O desempenho da economia gaúcha foi superior ao de São Paulo (1,96% a.a.), Rio de Janeiro (1,61% a.a.) e Bahia (1,79% a.a.), como também mostra a tabela 1.

TABELA 1
Taxas de Crescimento do PIB dos Estados, por Setores — 1985/1995

	Agropecuária			Indústria			Serviços			Total		
	85-90	90-95	85-95	85-90	90-95	85-95	85-90	90-95	85-95	85-90	90-95	85-95
Norte	7,94	4,43	6,17	3,84	1,68	2,76	2,94	3,30	3,12	4,20	2,86	3,53
Rondônia	8,80	6,62	7,71	3,06	2,31	2,69	4,11	3,57	3,84	4,96	4,12	4,54
Acre	3,18	4,44	3,81	-0,74	5,71	2,43	2,81	6,98	4,88	2,08	6,23	4,13
Amazonas	3,24	3,25	3,24	3,56	-0,68	1,42	3,21	2,36	2,79	3,43	0,50	1,96
Roraima	3,31	5,77	4,54	6,61	5,12	5,86	-2,47	6,02	1,69	0,96	5,72	3,31
Pará	12,60	3,12	7,76	4,55	3,27	3,91	2,81	3,01	2,91	5,21	3,14	4,17
Amapá	3,77	2,83	3,29	2,07	4,89	3,47	4,98	6,49	5,73	3,47	5,61	4,54
Tocantins	2,58	5,46	4,01	2,22	11,30	6,66	0,06	2,51	1,27	1,97	4,96	3,45
Nordeste	1,06	4,28	2,66	0,05	0,22	0,13	3,23	3,02	3,13	1,75	2,26	2,01
Maranhão	3,24	5,54	4,38	-1,31	-4,68	-3,01	4,98	1,86	3,41	2,62	1,30	1,96
Piauí	3,21	3,81	3,51	1,22	1,09	1,16	3,40	4,52	3,96	2,90	3,68	3,29
Ceará	0,57	5,47	2,99	-0,57	1,38	0,40	3,22	4,07	3,64	1,85	3,56	2,70
Rio Grande do Norte	0,95	6,05	3,47	-1,91	1,44	-0,25	2,23	2,04	2,14	0,16	2,11	1,13
Paraíba	-1,22	3,62	1,17	1,11	-0,86	0,12	2,74	4,08	3,41	1,67	2,86	2,26
Pernambuco	0,64	3,16	1,90	-0,93	0,37	-0,28	3,94	2,19	3,06	2,02	1,72	1,87
Alagoas	0,14	1,98	1,06	1,49	-1,33	0,07	2,93	3,63	3,28	2,04	1,97	2,01
Sergipe	4,22	4,56	4,39	-1,23	3,42	1,07	3,27	2,95	3,11	1,15	3,34	2,24
Bahia	0,41	4,12	2,25	0,98	0,00	0,49	2,70	2,99	2,85	1,61	1,97	1,79
Sudeste	-0,79	3,71	1,44	-0,06	2,27	1,10	3,00	3,00	3,00	1,35	2,71	2,03
Minas Gerais	-0,45	4,45	1,97	2,10	2,83	2,47	3,26	3,54	3,40	2,21	3,41	2,81
Espírito Santo	-3,32	1,80	-0,79	-0,80	2,28	0,73	3,15	3,17	3,16	0,85	2,71	1,78
Rio de Janeiro	-1,07	3,88	1,37	0,65	0,54	0,60	1,84	2,90	2,36	1,29	1,94	1,61
São Paulo	-0,73	3,15	1,19	-0,68	2,61	0,95	3,38	2,89	3,13	1,15	2,77	1,96
Sul	-0,77	3,70	1,44	2,68	2,69	2,69	4,38	3,10	3,74	2,97	3,03	3,00
Paraná	-2,85	3,46	0,26	7,12	2,04	4,55	4,37	3,70	4,03	4,23	2,99	3,61
Santa Catarina	1,48	3,89	2,68	1,02	3,31	2,16	5,96	2,95	4,45	3,22	3,20	3,21
Rio Grande do Sul	0,37	3,83	2,09	-0,25	3,02	1,37	3,82	2,71	3,26	1,86	2,98	2,42
Centro-Oeste	3,75	5,28	4,51	6,15	-2,07	1,96	3,38	3,08	3,23	3,88	3,06	3,47
Mato Grosso	7,16	6,11	6,64	10,33	-5,94	1,87	5,98	2,59	4,27	7,23	2,58	4,88
Mato Grosso do Sul	4,05	4,65	4,35	9,20	-3,71	2,54	3,64	4,96	4,30	4,58	3,70	4,14
Goiás	1,79	5,42	3,59	3,75	-0,02	1,85	3,17	3,76	3,47	2,78	3,64	3,21
Distrito Federal	4,67	5,38	5,23	3,87	-0,44	1,69	2,82	2,40	2,61	2,88	2,25	2,57
Brasil	1,10	4,24	2,65	0,74	1,96	1,34	3,30	3,04	3,17	2,00	2,75	2,37

Fonte dos dados brutos: IPEA.

Quando se passa à análise do desempenho em nível setorial, constata-se, em primeiro lugar, que a participação gaúcha no produto do setor agropecuário brasileiro manteve-se relativamente estável nesse período. No entanto, pode-se prever que essa participação tenderá a reduzir-se no futuro, na medida em que venha a aumentar ainda mais a importância relativa de outros estados, especialmente do Centro-Oeste, Nordeste e do Norte do país, onde deverá continuar a concentrar-se a expansão da fronteira agrícola brasileira nas próximas décadas. Como mostram os dados da tabela 1, alguns desses estados, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia, Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí, vêm alcançando taxas médias de crescimento do produto do setor primário substancialmente mais elevadas do que a média nacional no passado recente.

TABELA 2
Participação do PIB do Rio Grande do Sul no PIB
do Brasil, por Setores — 1985/1994

	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1985	10,97	6,95	8,14	7,95
1986	10,67	6,95	8,21	7,89
1987	10,73	6,90	8,13	7,88
1988	10,35	6,78	8,07	7,77
1989	10,65	6,76	8,14	7,83
1990	10,58	6,62	8,34	7,89
1991	9,18	6,20	8,06	7,46
1992	10,64	6,89	8,12	7,95
1993	11,21	7,39	8,35	8,29
1994	10,30	7,51	8,30	8,22
1995	10,37	6,97	8,21	8,43

Fonte dos dados brutos: IPEA (1996).

No caso da indústria, o comportamento da participação do Rio Grande do Sul foi, em geral, declinante na segunda metade da década de 80, e passou a recuperar-se a partir do início dos anos 90, como mostra a tabela 2. No entanto, essa recuperação estendeu-se apenas até 1994, pois, após a implementação do Plano Real, a indústria gaúcha passou a apresentar taxas de crescimento substancialmente inferiores à média nacional. Tomando-se o conjunto do período 1985/1995, o crescimento da indústria gaúcha acabou por ser quase igual à média nacional. No entanto, foi bastante inferior ao alcançado por Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina. Foi, todavia, bem maior do que o de São Paulo ou Rio de Janeiro, como mostra a tabela 1. No setor terciário, a participação gaúcha oscilou em torno de um patamar ligeiramente superior a 8%.

Quando se passa a focalizar, de forma mais específica, o desempenho da economia gaúcha nos anos 90, é necessário registrar que a análise desse período deve ser decomposta em duas partes, demarcadas, *grosso modo*, pela implementação do Plano Real. A primeira compreende os anos de 1990 a 1993, quando houve alternância de resultados negativos com momentos de crescimento expressivo do produto. O saldo, no entanto, foi amplamente favorável para o Rio Grande do Sul. Como registra Alonso (1997), a partir de estimativas produzidas pela Fundação de Economia e Estatística: "Em 1990, o Rio Grande do Sul e o Brasil apresentaram crescimento semelhante (o RS, -3,2; e o BR, -3,9). No ano seguinte, o país cresceu 1,1%, e o estado, -3,3%. Nos dois últimos anos do período (1992 e 1993), a economia gaúcha obteve desempenho bem acima do da economia nacional. Em 1992, cresceu 8,6%, mercê de um excepcional desempenho da agropecuária (lavoura), e o Brasil, -0,9%. Em 1993, elevou sua produção em 8,3% (todos os setores cresceram a taxas expressivas), contra 4,2% no país".

Na segunda parte desse período — que compreende os anos de 1994, 1995 e 1996 —, o Rio Grande do Sul passou a apresentar crescimento bastante inferior à média da economia brasileira. Ainda conforme Alonso (1997): "O crescimento da economia brasileira foi de 6,0% (1994), 4,2% (1995) e 2,9% (1996), enquanto, no Rio Grande do Sul, os indicadores apontaram 2,9% (1994), -0,6% (1995) e 0,1% (1996)".

Nesse mesmo texto, Alonso atribui as dificuldades enfrentadas pela economia gaúcha, na segunda parte desse período, aos efeitos do Plano Real: "De todos esses condicionantes, o que parece ter mais a ver com a persistência dos resultados medíocres obtidos pela economia gaúcha é a política econômica, em particular o programa de estabilização (Plano Real), cujo início efetivo ocorreu em 01.07.94. (...) a vigência do Plano Real impôs uma nova realidade à economia brasileira e, por conseqüência, às economias regionais. As nossas relações comerciais com o exterior, que há muitos anos eram superavitárias, passaram, a partir de novembro de 1994, a revelar persistentes déficits na balança comercial. As causas básicas desse fato foram, de um lado, a abertura comercial sem critérios compatíveis com os interesses da produção nacional (...) e, de outro, a apreciação cambial crescente nos primeiros cinco meses do Plano Real. Assim, em novembro de 1994, o país apresentava o primeiro saldo negativo na balança comercial."

Mais adiante, continuando a analisar os efeitos negativos do Plano Real sobre o desempenho da economia gaúcha, Alonso (1997) acrescenta:

"A combinação de apreciação do câmbio com altas taxas de juros e abertura comercial (...) inegavelmente vêm-se constituindo, juntamente com outras causas de ordem estrutural da própria economia gaúcha, em séria restrição às possibilidades de crescimento econômico no estado. Os efeitos do Plano Real, tal como vem sendo executado, só não configurariam restrições se a economia em questão obtivesse aumentos de produtividade tão elevados que se revelassem suficientes para compensar os custos de produção estabelecidos pela defasagem cambial e pelas altas taxas de juros prevalecentes na economia brasileira. Todavia, é improvável que toda a economia consiga obter uma elevação substancial da sua eficiência no curto ou no médio prazo. (...) Não há dúvida de que o Rio Grande do Sul foi uma das economias regionais do país mais afetadas negativamente pela política econômica em vigor.

Como uma economia que conta com alto coeficiente de abertura (17,5% em 1993) para o exterior quando comparada com a do Brasil, que detinha 13,3% no mesmo ano, era de se esperar que o câmbio defasado, associado à liberalização do comércio, traria dificuldades à produção gaúcha ligada ao comércio internacional. Portanto, enfraqueceu-se um dos segmentos *dinâmicos* da economia do estado. O grau de abertura para o exterior mais elevado da economia gaúcha re-

vela que esta é mais sensível aos efeitos da política comercial do país do que a média nacional."

2.1 O Desempenho da Indústria

A análise do desempenho da indústria do Rio Grande do Sul pode ser aprofundada com o uso dos dados do Índice da Produção Física da Indústria, produzidos pelo IBGE, apresentados nas tabelas 3 e 4. Segundo a primeira dessas tabelas, a indústria brasileira teria crescido 15,43% entre 1990 e 1996, contra apenas 10,40% do Rio Grande do Sul. Se considerássemos apenas a indústria de transformação, a diferença teria sido de 14,99% para 10,49%.

Segundo esses dados, o crescimento da indústria de transformação gaúcha, nesse período, só teria sido superior ao apresentado pelo Rio de Janeiro e pelos estados nordestinos, e seria inferior ao de todas as demais unidades da Federação onde é realizada a pesquisa que serve de base para a construção desse índice.

TABELA 3
Variação dos Índices da Produção Física da Indústria entre 1990 e 1996, por Gêneros, Regiões e Estados

	BR	NE	PE	BA	MG	RJ	SP	Sul	PR	SC	RS
Indústria geral	15,43	-1,10	-7,28	4,12	17,91	6,40	13,96	15,48	11,91	19,95	10,40
Ext. mineral	20,27	0,02		-7,63	14,85	37,46		8,30		-32,53	-1,02
Ind. de transformação	14,99	-1,05	-7,21	6,61	18,15	-3,61	13,96	15,55	11,98	20,97	10,49
Min. não metálicos	12,05	0,47	2,70	-37,72	11,64	5,41	21,51	12,73	29,92	1,20	-5,76
Metalúrgica	22,30	34,55	15,04	24,96	13,04	18,58	23,50	30,74		40,42	21,34
Mecânica	-5,27						-15,09	3,85	12,78	36,83	-16,52
Mat. elét. e de com.	41,95	8,17	-15,30	18,57	-7,84	-33,40	12,26	36,05		64,22	70,04
Mat. de transporte	48,59				103,56	-15,66	48,50				-8,41
Papel e papelão	15,45	-14,06	-3,96		62,59	-9,38	11,44	15,65	16,23	39,14	12,91
Borracha	14,21	-6,82		-1,33			17,95				-2,41
Química	18,97	-2,70	8,43	6,25	21,04	10,65	21,82	28,80	36,98	-28,89	13,82
Farmacêutica	1,33					-26,48	8,52				
Perf., sabões e velas	20,58	-36,32	-36,33	-52,59		-33,71	24,64	61,26	38,78		58,08
Prod. mat. plásticas	24,89	2,47	-20,35		-42,35	7,08	31,75	36,55	18,22	44,78	
Têxtil	-11,87	-3,47	-37,16		-32,16	-32,00	-3,72	-6,35	-39,77	-3,98	
Vest., calç. e art. de tec.	-29,58	-39,12			-48,13	-12,97	-45,83	-14,48		-18,57	-12,53
Produtos alimentares	19,15	7,67	-3,28	-2,52	31,52	-5,34	13,64	27,49	6,77	64,28	22,25
Bebidas	12,16	4,22	-26,59	62,56	-6,46	4,17	23,66	13,64	26,69	79,33	7,77
Fumo	-2,54	-45,46	-25,65		44,55		-0,20	1,09	82,61	-19,56	0,43

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Uma conclusão similar seria obtida ao se estender a análise para o conjunto do período 1985/1996, quando a indústria gaúcha cresceu 8,30%, contra 17,11% do conjunto do país. Nesse caso, o desempenho relativo do Rio Grande do Sul teria sido ainda pior, inferior até mesmo ao do Rio de Janeiro. É importante

destacar, no entanto, que o resultado relativamente expressivo desse estado deveu-se exclusivamente à indústria extrativa mineral, já que a indústria de transformação carioca quase não cresceu nesse período, como mostra a tabela 4.

TABELA 4
Variação dos Índices da Produção Física da Indústria
entre 1985 e 1996, por Gêneros, Regiões e Estados

	BR	NE	PE	BA	MG	RJ	SP	Sul	PR	SC	RS
Indústria geral	17,11	-1,85	-20,42	7,21	24,22	12,78	9,23	20,34	31,12	26,21	8,30
Extrativa Mineral	32,63	7,11		-16,97	1,69	68,03		-16,35		-72,43	-9,18
Ind. transformação	16,16	-3,15	-20,37	12,16	26,24	0,45	9,23	20,90	28,33	30,51	8,45
Min. não metálicos	18,87	3,11	-24,12	-39,88	2,05	18,42	28,45	18,02	51,66	-1,19	9,48
Metalúrgica	22,15	44,50	20,43	9,10	19,17	25,14	13,01	30,29		37,96	16,15
Mecânica	-3,79						-21,00	26,20	98,56	101,34	-19,86
Mat. elétrico e com.	61,79	41,79	29,36	5,47	63,20	23,30	7,73	90,02		163,42	102,92
Mat. transporte	33,95				144,34	-52,49	31,08				30,95
Papel e papelão	28,72	-17,32	4,16		77,01	-30,82	30,78	28,89	50,79	43,83	17,99
Borracha	28,83	24,48		77,83			22,90				8,12
Química	13,06	-0,07	-7,43	14,90	23,22	16,90	14,11	10,57	38,04	-49,76	-7,58
Farmacéutica	3,59					0,96	7,90				
Perf. sabões e velas	57,37	-46,85	-50,11	-63,03		-43,27	77,51	49,32	24,63		42,47
Prod. mat. plásticas	27,24	7,56	-30,86		-59,69	43,52	26,36	28,90	-9,44	48,40	
Têxtil	-15,59	-22,95	-53,41		-30,47	-51,78	-16,29	-1,12	-34,37	-2,50	
Vest. calç. art. tec.	-44,43	-36,66			-52,29	-31,87	-64,04	-25,34		-22,65	-27,51
Prod. alimentares	28,48	-9,13	-35,91	-3,38	37,17	-3,56	28,69	41,96	26,99	81,99	24,63
Bebidas	59,03	37,34	-16,33	165,71	57,20	73,37	92,70	27,89	108,99	123,97	11,57
Fumo	11,95	-34,64	-21,48		71,44		4,59	16,81	170,67	-15,09	22,81

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Como evidenciam os dados da tabela 3, alguns gêneros da indústria rio-grandense conseguiram alcançar resultados expressivos na década de 90, quando comparados com outros estados. É o caso dos produtos alimentares, cujo crescimento superou a média nacional e situou-se abaixo apenas do ocorrido em Minas Gerais e em Santa Catarina. No gênero *material elétrico e de comunicações*, o estado apresentou a mais elevada taxa de crescimento entre as unidades da Federação onde é realizada a pesquisa do IBGE. No gênero *vestuário, calçados e artefatos de tecidos*, que apresentou forte contração em nível nacional, o Rio Grande do Sul foi o estado que conseguiu apresentar o desempenho menos ruim. Cabe lembrar que um dos segmentos que compõem esse gênero, o da produção de calçados, tem grande importância no perfil da indústria gaúcha. A indústria metalúrgica, também importante no contexto local, cresceu apenas um pouco menos que a média do país.

Entre os segmentos com maior expressão no perfil da indústria do estado, os de pior desempenho foram os gêneros *material de transportes, mecânica e química*, cujas taxas de crescimento foram bastante inferiores à média do país.

O comportamento da indústria do Rio Grande do Sul, na década de 90, foi negativamente afetado, de forma bastante intensa, pelos resultados do ano de 1995. Como mostra a tabela 6, nesse ano, o Índice da Produção Física da indústria de transformação gaúcha apresentou queda de 7% — o pior resultado do país. Em 1996, a taxa também foi negativa, embora menos discrepante em relação às verificadas nos demais estados. Um dos fatores que influenciaram esse desempenho foi a valorização do câmbio, após a implementação do Plano Real, a qual reduziu a competitividade internacional de importantes segmentos exportadores da economia do estado, como é o caso da indústria dos calçados.

Além disso, a própria estrutura da indústria gaúcha tem dificultado seu ajustamento às condições vigentes na economia brasileira pós-Real. Como registra Alonso (1997), com um tom talvez um pouco exagerado: (...) "A economia gaúcha é constituída predominantemente por pequenas e médias empresas. Há poucas empresas de grande porte em nosso meio. Os mecanismos de integração dos mercados estabelecidos pela globalização deixam pequeníssima margem de sobrevivência para as pequenas e médias empresas."

TABELA 5
Variação Anual do Índice da Produção Física da
Indústria de Transformação, por Estado — 1985/1996

	BR	NE	PE	BA	MG	RJ	SP	Sul	PR	SC	RS
1986/1985	11,30	6,19	5,41	9,16	5,14	15,95	9,95	11,87	8,65	13,12	12,49
1987/1986	0,95	4,02	6,69	-0,34	2,70	0,06	-0,06	1,35	2,24	3,67	-0,77
1988/1987	-3,41	-9,12	-13,25	-4,64	1,97	0,23	-3,47	-2,88	4,43	-6,19	-2,81
1989/1988	2,85	3,07	0,34	5,13	0,78	3,96	1,82	3,74	4,32	5,37	1,88
1990/1989	-9,50	-5,41	-12,33	-3,54	-3,71	-13,80	-11,25	-8,41	-5,30	-6,93	-11,19
1991/1990	-0,55	-2,14	3,16	-5,38	1,62	1,48	-1,77	0,10	-0,81	1,84	-4,54
1992/1991	-4,91	-5,62	-11,35	1,80	-5,25	-4,65	-4,68	-1,49	-1,29	-3,63	1,85
1993/1992	10,06	-2,73	0,99	-0,09	5,04	0,09	12,18	9,76	6,93	7,60	13,82
1994/1993	7,86	7,38	5,36	4,75	8,35	2,40	8,68	6,93	9,31	5,43	7,53
1995/1994	1,60	1,55	5,89	0,32	2,90	-1,89	1,33	-2,18	-5,67	5,89	-7,00
1996/1995	0,82	1,01	-9,95	5,42	4,78	-0,93	-1,48	2,07	3,73	2,61	-0,16

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Na verdade, como se observa na tabela 7, até 1994, o Rio Grande do Sul era o estado cuja indústria de transformação apresentava a melhor *performance* acumulada na década de 90. Os anos de 1995 — quando houve a queda apontada anteriormente — e 1996, quando a indústria local marcou passo, foram os responsáveis pela piora do desempenho gaúcho.

TABELA 6
Crescimento do Índice da Produção Física da
Indústria de Transformação, por Estado — 1985 = 100

	BR	NE	PE	BA	MG	RJ	SP	Sul	PR	SC	RS
1985	99,00	102,18	116,52	95,06	93,59	95,96	104,33	95,58	87,26	92,69	101,88
1986	110,18	108,50	122,82	103,76	98,40	111,27	114,71	106,92	94,81	104,85	114,60
1987	111,23	112,86	131,04	103,41	101,06	111,33	114,64	108,37	96,93	108,70	113,72
1988	107,44	102,57	113,68	98,61	103,05	111,59	110,66	105,25	101,22	101,97	110,52
1989	110,50	105,72	114,06	103,67	103,85	116,01	112,68	109,18	105,60	107,45	112,60
1990	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1991	99,45	97,86	103,16	94,62	101,62	101,48	98,23	100,10	99,19	101,84	95,46
1992	94,57	92,36	91,45	96,32	96,28	96,76	93,63	98,61	97,91	98,14	97,23
1993	104,08	89,84	92,36	96,24	101,14	96,85	105,04	108,23	104,70	105,60	110,66
1994	112,26	96,47	97,31	100,81	109,58	99,17	114,15	115,73	114,44	111,34	119,00
1995	114,06	97,96	103,04	101,13	112,76	97,30	115,67	113,21	107,95	117,89	110,67
1996	114,99	98,95	92,79	106,61	118,15	96,39	113,96	115,55	111,98	120,97	110,49

Fonte dos dados brutos: IBGE

3 O COMPORTAMENTO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

3.1 A Situação Atual A atual situação das finanças públicas estaduais do Rio Grande do Sul pode ser considerada muito delicada. Em 1996, o déficit operacional do governo foi financiado com receitas oriundas da privatização de empresas estatais. A transferência de 35% das ações com direito a voto da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) para a iniciativa privada permitiu, inclusive, que se verificasse um pequeno superávit nesse ano.

É evidente, no entanto, que o financiamento de déficits operacionais por intermédio da venda de patrimônio tende a inviabilizar-se em poucos exercícios, ao se esgotarem os ativos privatizáveis do estado. No entanto, essa tem sido uma das poucas alternativas restantes para a obtenção de recursos, na medida em que têm sido insuficientes, até o momento, os resultados dos esforços no sentido de melhorar a situação financeira do estado. Além disso, outras formas tradicionalmente utilizadas pelos estados para financiar seus déficits, como a emissão de títulos ou as operações de Adiantamento de Receita Orçamentária (ARO) no mercado financeiro, foram inviabilizadas por restrições impostas pelo governo federal. Restou, apenas, a possibilidade de sua cobertura por meio de receitas de privatização.

Os últimos governos gaúchos têm buscado reduzir o déficit operacional por meio de uma fórmula que inclui esforços para aumentar a arrecadação, renegociações da dívida junto ao governo federal e compressão dos gastos com pessoal.

No que se refere a este último ponto, deve-se registrar que, em 1992 e 1996, foram lançados, pelo governo do estado, planos de demissão voluntária. No primeiro caso, o número de interessados foi pouco expressivo. No segundo, quase 14 mil funcionários optaram por solicitar desligamento do serviço público estadual. No entanto, como registra Meneghetti Neto (1997), a efetividade desses planos de demissão voluntária para a contenção de despesas foi bastante prejudicada pelo fato de que parcela substancial de adesões ocorreu em atividades-fim, o que gerou a necessidade de contratações para substituir ao menos parte dos servidores que escolheram a demissão ou a aposentadoria antecipada.

Além disso, os esforços no sentido de se comprimir as despesas com pessoal têm sido prejudicados pelo fato de que, mesmo não sendo concedidos reajustes de salários, a folha de pagamento tende a aumentar de forma vegetativa, como resultado de promoções por tempo de serviço e da incorporação de vantagens concedidas por lei.

Existem também fatores estruturais que fortalecem as pressões de algumas parcelas do funcionalismo por reajustes salariais. O primeiro deles é o grande poder de barganha de algumas categorias funcionais, seja pela essencialidade dos serviços que prestam, seja pelo impacto potencial de sua paralização sobre o funcionamento da máquina pública. Entre os principais exemplos do primeiro caso estão o magistério, os quadros ligados à área de segurança pública e ao Judiciário. No segundo caso estão as categorias fazendárias, cuja insatisfação se reflete diretamente sobre o nível da arrecadação.

Além disso, a pressão por aumentos é alimentada pelas expressivas disparidades de remuneração existentes entre diferentes categorias, ou até mesmo no interior dessas próprias categorias. Cada vez que o governo é obrigado a ceder às pressões de uma dessas categorias com maior poder de barganha, aumenta o descontentamento dos outros segmentos do funcionalismo. Em geral, os governos acabam sendo forçados a conceder aumentos também a esses outros segmentos, para reduzir o desgaste político a que estão expostos.

Esse mecanismo já foi desencadeado neste ano de 1998, com o reajuste concedido às categorias ligadas à área de segurança pública. Para obter recursos capazes de financiar esse acréscimo de despesas, o governo obteve da Assembléia Legislativa autorização para elevar a alíquota do ICMS em um ponto percentual. No entanto, essa forma de financiamento tem limites evidentes, e não pode ser utilizada reiteradamente como meio de encontrar recursos para cobrir os gastos com pessoal.

Recentemente, o governo do estado vetou um reajuste de 10%, aprovado pela Assembléia Legislativa para os funcionários do Poder Judiciário, uma categoria que já recebe salários em média mais elevados do que as categorias equivalentes do Executivo. Caso concedido, esse aumento teria repercussões significativas sobre a folha de pagamentos do estado. Além do seu impacto direto, desencadearia um *efeito cascata* derivado do fato de que a legislação obriga a extensão desses ganhos a outras categorias do Executivo e do Legislativo. Em segundo lugar, isso acentuaria a insatisfação de outras categorias, cuja defasagem salarial aumentaria em termos relativos, o que intensificaria a pressão pela obtenção de reajustes. O veto acabou por ser derrubado na Assembléia Legislativa.

Em 1996, começou a ser acertada com o governo federal a renegociação da dívida mobiliária do estado. No entendimento do governo gaúcho, essa renegociação, que deverá ser concluída até o final de 1998, "resultará numa alteração profunda do perfil do endividamento público do estado, que será todo consolidado como dívida contratual com pagamento no prazo de trinta anos e sobre a qual incidirão juros anuais de 6%".

Segundo uma matéria publicada no Balanço Anual da Gazeta Mercantil, nos termos da negociação, o governo gaúcho deverá pagar um valor equivalente a 11,5% da receita corrente líquida em 1997; 12% em 1998; 12,5% em 1999; e 13% a partir do ano 2000. O percentual permanecerá estável até que o estoque da dívida seja igual à receita líquida, o que deverá ocorrer em 2008. A partir daí, o estado reduzirá o comprometimento da receita para 7% a 8% ao ano. Também em 2008, o Rio Grande do Sul voltará a ter o direito de emitir títulos, desde que o estoque da dívida não ultrapasse a receita líquida do ano.

O início da implementação de um programa abrangente de reforma do estado (para convencer as instituições financeiras internacionais de que está sendo feito um esforço significativo para ajustar as finanças públicas estaduais) permitiram que o RS recuperasse a capacidade de tomar financiamentos de longo prazo junto ao Banco Mundial (BIRD) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os resultados de negociações já concluídas ou em fase de conclusão deverão permitir que a relação entre os investimentos e a receita corrente líquida do estado se eleve substancialmente em 1998.

O ofício do governador do estado, que encaminha à Assembléia Legislativa a proposta orçamentária para 1998, registra, nesse sentido, que:

"Na área da captação de recursos para grandes projetos do setor público estadual, é de se destacar a assinatura, com o World Bank e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, dos contratos de financiamento dos projetos: (i) Apoio à Reforma do Estado (BIRD); (ii) Corredores de Transporte do Rio Grande do Sul (BID), e (iii) PRÓ-RURAL 2000 (BIRD), aos quais se seguirão os contratos a serem firmados, antes do final de exercício, com o Banco Mundial para o fi-

nanciamento do Programa de Recuperação das Rodovias Estaduais (PNMRE); com o Banco de Exportações e Importações do Japão para co-financiamento ao projeto Corredores do Rio Grande; com a Caixa Econômica Federal para financiamento do PROMOFAZ; e com o BNDES para financiamento do projeto Linha Rápida — conjunto de projetos estes que terão um valor global de investimentos de R\$ 954,5 milhões e um financiamento global de R\$ 508,6 milhões."

3.2. Evolução da Receita em 1986/1996

O comportamento da Receita Orçamentária no período 1986/1996 caracterizou-se pela intermitência de crescimento. O patamar atingido em 1986 voltou a ser alcançado em duas ocasiões, em 1990 e em 1994, e iniciou-se uma nova fase de crescimento desde então. Foi um período totalmente atípico em termos de economia brasileira: houve três choques econômicos, nos anos 80, seguidos de outras tantas tentativas de estabilização na década seguinte. Os números referentes à Receita Orçamentária na década em estudo encontram-se na tabela 7 e estão expressos em reais, a preços de dezembro de 1996.

TABELA 7
Receita por Categoria Econômica no RS - 1986/1996

Itens	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1. Receita por Categoria Econômica											
1. Receita Corrente	5 209 361	4 569 023	4 615 370	5 480 220	5 147 184	4 783 753	5 713 844	5 572 515	5 523 868	5 719 481	5 543 145
2. Receita Tributária	4 235 068	3 371 833	2 947 073	3 761 302	4 117 975	3 627 467	3 629 844	3 484 194	4 137 763	4 366 870	4 194 758
3. Transferências Correntes	686 124	622 153	421 645	357 229	756 311	639 130	610 953	662 618	717 203	870 907	835 497
4. Participação na Receita da União	845 632	482 832	386 429	347 612	754 115	620 011	625 924	645 966	293 890	849 652	800 606
5. Cota-Parte do FPE	184 639	146 231	137 075	219 739	196 472	160 741	160 698	185 105	169 365	218 678	205 715
6. Receitas de Capital	1 263 455	1 622 321	586 654	292 737	1 368 518	525 855	723 232	899 926	1 296 759	1 175 019	2 297 117
7. Operações de Crédito	1 249 499	1 616 624	584 584	272 587	1 356 504	529 256	1 471 031	894 858	1 278 714	1 149 649	1 223 437
8. Transferências de Capital	155	3 334	1 728	4 345	11 771	16 152	3 382	4 923	7 515	6 263	14 248
9. Receita Orçamentária	6 472 816	6 189 304	5 201 973	5 772 957	6 515 702	5 309 607	6 417 076	6 472 420	6 820 627	6 894 500	7 840 262

Fonte: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul — vários números.

3.2.1 A Receita e os Choques Econômicos

Em 1986, em pleno Plano Cruzado, a Receita Orçamentária do RS alcançou R\$ 6,47 bilhões. A economia convivia com um congelamento de preços e com um aquecimento da atividade econômica, fruto de uma realidade até então inusitada para o consumidor brasileiro. Naquele exercício, face à excepcionalidade do momento, os agregados econômicos apresentaram desempenhos extraordinários em termos nacional e regional. Especificamente com relação ao Rio Grande do Sul, cabe a afirmação que a taxa de crescimento do PIB (7% em 1986) esteve entre as maiores da série 1986/1996. A explicação para uma taxa dessa magnitude pode ser encontrada no comportamento dos setores se-

cundário e terciário. Os produtos da indústria e dos serviços cresceram 11,7% e 9,1%, respectivamente, e isso mais do que compensou o péssimo desempenho da agricultura, cujo PIB apresentou uma queda de 10,5% naquela ocasião.

Nos três anos seguintes — 1987 a 1989 —, a Receita Orçamentária esteve aquém do nível obtido em 1986. No primeiro ano, caiu para R\$ 6,19 bilhões; voltou a cair, em 1988, para R\$ 5,20 bilhões; e, por fim, em 1989, iniciou um processo de recuperação, quando atingiu R\$ 5,77 bilhões. Durante esse triênio, a economia brasileira esteve submetida a dois programas de estabilização econômica, os Planos Bresser e Verão. Em 1990, enquanto o país convivia com a superinflação e, posteriormente, com o Plano Collor I, a receita do estado estava de volta à casa dos R\$ 6, 51 bilhões.

As quedas de 4,4% e de 16,0% na Receita Orçamentária, em 1987 e em 1988, respectivamente, ocorreram quando a economia gaúcha apresentou taxas de crescimento menores que a obtida no ano do Plano Cruzado. Conforme se verifica na tabela 8, em 1987, o produto gaúcho cresceu apenas 3,3%, e, no ano seguinte, essa taxa chegou a apresentar uma variação negativa de 1,3%. Nesse biênio apenas o setor de serviços cresceu ininterruptamente pois, em 1987, o mau desempenho ficou por conta da indústria, enquanto, em 1988, foi a agricultura que travou o crescimento da economia gaúcha.

TABELA 8
Comportamento da Receita Frente ao Desempenho do PIB — RS

Itens	87/86	88/87	89/88	90/89	91/90	92/91	93/92	94/93	95/94	96/95
Variação da Receita Orçamentária	-4,4%	-16,0%	11,0%	12,9%	-18,5%	20,9%	0,9%	5,1%	1,4%	13,7%
Variação do PIB	3,3%	-1,3%	4,1%	-3,4%	-5,2%	5,6%	8,8%	4,8%	1,4%	-0,1%

Fonte: Tabela 7 e Oliveira e Silva *et al.*: (1996).

A recuperação da receita no ano de 1989 deu-se com a retomada do crescimento da economia estadual: enquanto a receita cresceu 11%, o desempenho da economia regional voltou a mostrar um resultado favorável de 4,1%.

3.2.2 A Receita nos Anos Collor Em 1990, houve um *descolamento* entre ambos os indicadores: o PIB do estado caiu 3,4%, ao mesmo tempo em que a receita aumentou 12,9%. O incremento de 397,6% nas operações de crédito explicam a transformação em curso na estrutura da receita estadual.

A queda do PIB deve ser atribuída às reduções do produto agrícola e industrial (4,4% e 10,1%, respectivamente). O resultado da receita para o exercício de 1990 decorreu de um decréscimo na arrecadação do ICM de 6% nos produtos animais e vegetais, e de elevações de 3,1% na indústria de transformação; 3,8% na indús-

tria de beneficiamento; 7,9% no comércio varejista; 9,4% no comércio atacadista; e 24,2% nos serviços.

Tendo a receita retornado ao patamar dos R\$ 6 bilhões, a queda ocorrida no período 1987/1989 repetiu-se no início da década de 90. Aquela variável caiu para o nível de R\$ 5,31 bilhões em 1991, e, logo a seguir, firmou-se no patamar anterior, quando atingiu as somas de R\$ 6,41 bilhões, em 1992, e de 6,47 bilhões, em 1993, às vésperas do lançamento do Plano Real.

Contudo, em 1991, durante a vigência do Plano Collor II, a receita do governo não manteve o *descolamento* da economia local. O PIB diminuiu em 5,2%, ao passo que a Receita Orçamentária o acompanhou com uma redução de 18,5% — a maior de toda a série em estudo. Por sua vez, a Receita Tributária diminuiu 11,9%, e as Operações de Crédito também tiveram queda de 62,5%.

Nos dois anos seguintes, 1992 e 1993, a economia regional teve forte impulso: no primeiro, o produto cresceu 5,6%, contra um aumento na receita de 20,9%. Em 1993, mais uma vez, produto e economia tomaram rumos diferentes: o PIB foi incrementado em 8,8% enquanto a Receita Orçamentária mostrou um aumento inexpressivo de 0,9%. A explicação, mais uma vez, está relacionada às Operações de Crédito, que cresceram 188,9%, em 1992, e apresentaram queda de 39,2%, em 1993.

Em 1992, a agricultura mostrou uma taxa de crescimento do produto de 22,2%; em 1993, a liderança em termos de desempenho correu por conta da indústria, que cresceu 14,5%, e o setor de serviços, que também teve incremento de 6,6%.

Paralelamente à expansão da economia, houve necessidade de incremento substancial de Operações de Crédito, pois a arrecadação do ICMS, conforme consta do balanço geral estadual de 1992, apresentou queda de 5,8%. Contribuíram para esse resultado taxas negativas de crescimento de 4,3% na indústria de transformação; 16,4% no comércio varejista; e 7,7% no setor de serviços. A exceção ficou por conta do comércio atacadista, que propiciou um acréscimo de 10,5% na arrecadação do ICMS do exercício.

No ano de 1993, houve queda de 1,3% na arrecadação do ICMS. Do total arrecadado, 49,3% tiveram origem na indústria de transformação; 17,9%, no comércio atacadista; 13,4%, no comércio varejista; e 10,6%, nos serviços, entre outros. As lideranças de arrecadação por setor de atividade foram os combustíveis e os lubrificantes, com 10,8% na indústria de transformação; combustíveis e lubrificantes, com 4,3% no comércio atacadista; veículos, peças e acessórios, com 3% no comércio varejista; comunicações, com 4,6% nos serviços; e o arroz, com 4,12% na indústria de beneficiamento.

3.2.3 A Receita e o Plano Real Após a edição do Programa de Estabilização Econômica do governo FHC, a Receita Orçamentária gaúcha apresentou incrementos significativos. Em 1994, com a economia brasileira submetida a um semestre do novo plano, a Receita Orçamentária atingiu a expressiva soma de R\$ 6,80 bilhões. Nos dois anos seguintes, 1995 e 1996, essa receita elevou-se para R\$ 6,89 bilhões e R\$ 7,84 bilhões, sucessivamente.

Com o lançamento do Plano Real, a economia gaúcha iniciou uma fase de crescimento a taxas mais reduzidas: 4,8% em 1994; 1,4% em 1995; e -0,1% em 1996 (este último exercício foi estimado pela Fundação de Economia e Estatística). Em 1994, a indústria puxou o crescimento regional, com uma taxa de 8,8%; no ano seguinte, porém, foi a própria indústria que travou o desempenho regional, com um decréscimo de 5,3% no produto setorial.

Todavia, a arrecadação, que havia crescido 5,1% em 1994 e que também teve o seu desempenho reduzido a 1,4% em 1995, tomou um rumo distinto daquele seguido pela economia, e cresceu 13,7% em 1996.

No que diz respeito ao ICMS, houve aumento da arrecadação de 12% em 1994; 5,3% em 1995; e 2,9% em 1996. Nesse triênio, a participação do Rio Grande do Sul na arrecadação nacional foi equivalente, pela ordem cronológica, a 8,3%, 7,5% e 7,2%. Com esse desempenho, a arrecadação gaúcha mantém o RS em quarto lugar entre os estados que mais arrecadam no país, posicionando-se logo após o Rio de Janeiro e com alguma distância do Paraná.

As expectativas atuais são de que, para o ano de 1998, a receita apresente novo aumento. A proposta orçamentária para 1998, já encaminhada pelo governo do estado ao Poder Legislativo, prevê uma receita de R\$ 8,82 bilhões para o próximo ano.

3.3 A Evolução da Despesa 1986/1996 A Despesa Orçamentária também acompanhou a intermitência de crescimento descrita na análise da receita. No período anterior à estabilidade monetária ocorreram patamares mais elevados de gastos governamentais nos anos de 1986 e de 1990.

TABELA 9
Despesa por Categoria Econômica no RS — 1986/1996

(Valores a preços de dez./96 em R\$ 1 000)

Item	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
II. Despesa por Categoria Econômica											
1. Despesas Correntes	6 132 670	5 168 132	4 289 857	4 196 036	5 067 675	4 417 468	5 179 625	5 059 527	5 094 937	5 760 949	5 981 080
2. Despesa de Custeio	2 463 432	1 865 987	1 562 961	1 878 252	2 248 953	1 879 192	2 144 201	1 965 347	1 989 995	2 317 694	2 425 222
3. Pessoal	2 196 273	1 662 484	1 349 213	1 659 247	1 962 164	1 513 066	1 754 420	1 611 755	1 634 200	1 934 219	1 914 725
4. Transferências Correntes	3 669 239	3 302 145	2 726 896	2 317 784	2 818 721	2 538 276	3 035 423	3 094 355	3 104 942	3 443 255	3 555 858
5. Transferência Intragovernamentais	323 865	249 635	249 753	299 427	450 715	384 993	485 485	451 661	677 188	478 893	461 663
6. Transferências Intergovernamentais	935 406	769 319	648 700	964 037	1 095 941	1 026 855	1 021 165	1 002 180	1 183 701	1 282 155	1 249 761
7. Encargos da Dívida Interna	1 074 630	1 278 467	872 901	37 107	166 679	175 207	310 548	517 962	274 317	218 536	229 824
8. Encargos da Dívida Externa	55 450	43 768	61 045	48 465	766	7 733	13 305	47 011	25 134	4 990	5 425
9. Despesas de Capital	1 106 782	1 309 428	1 170 418	1 526 781	1 662 431	1 078 427	1 583 197	1 576 255	1 948 429	1 732 865	1 825 347
10. Investimentos	136 580	216 395	169 607	428 815	293 460	138 529	217 720	148 363	167 858	90 009	141 424
11. Transferências de Capital	955 618	1 033 082	890 809	977 743	1 283 327	907 183	1 361 475	1 379 565	1 714 028	1 478 172	1 230 057
12. Transferências Intragovernamentais	412 224	414 185	265 275	428 034	681 483	254 595	455 720	475 206	345 646	177 267	176 294
13. Transferências Intergovernamentais	44 634	21 214	20 306	21 085	16 632	17 544	29 171	18 512	13 516	17 147	24 598
14. Amortização da Dívida Interna	417 338	501 488	501 200	24 237	57 178	633 841	870 581	1 053 898	1 341 683	1 238 697	995 126
15. Amortização da Dívida externa	80 117	101 658	102 201		10	11	15	3 360	12 155	30 737	25 955
16. Despesa Orçamentária	7 239 452	6 477 562	5 460 275	5 722 817	6 730 105	5 495 895	6 762 821	6 635 782	7 043 366	7 493 813	7 806 427

Fonte: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul — vários números.

3.3.1 A Despesa e os Choques Econômicos

Efetivamente, a Despesa Orçamentária atingiu R\$ 7,24 bilhões, em 1986, e R\$ 6,73 bilhões em 1990, contra valores consideravelmente inferiores no interregno que coincidiu com os choques econômicos: foram R\$ 6,47 bilhões de gastos em 1987; R\$ 5,46 bilhões em 1988; e R\$ 5,72 bilhões em 1989.

No triênio 1987/1989, a Despesa Orçamentária conviveu com a maior redução do período — queda de 15,7% em 1987 —, para recuperar-se, logo a seguir, com um incremento de 4,8%, em 1988, e um novo crescimento de 17,6%, em 1989.

Paralelamente às oscilações da Despesa Orçamentária, houve alteração no perfil do gasto público, conforme se verifica na tabela 10. As Despesas Correntes, que representavam 84,71 % do dispêndio em 1986, ficaram reduzidas a 73,32% em 1989, enquanto as Despesas de Capital avançaram de 15,29% para 26,68%.

No nível de elemento da despesa, no período analisado houve uma redução da participação relativa das Transferências Correntes nas Despesas Correntes — de 50,68% para 40,50 % —, a qual foi compensada por variações nas participações relativas dos Investimentos, das Transferências de Capital e da Amortização da Dívida Interna sobre o total das Despesas de Capital.

TABELA 10
Comportamento das Despesas Correntes e de Capital

Item	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996											
II - Despesa por Categoria Econômica																						
1. Despesas Correntes	100	84,71	100	79,79	100	78,57	100	73,32	100	75,30	100	80,37	100	76,59	100	76,24	100	72,34	100	76,87	100	76,62
2. Despesa de Custeio	40,17	34,02	36,11	28,81	36,43	28,63	44,76	32,81	44,38	33,42	42,54	34,19	41,39	31,70	38,84	29,61	39,06	28,26	40,24	30,93	40,55	31,07
3. Pessoal	35,81	30,34	32,16	25,66	31,45	24,71	19,54	28,99	38,71	29,15	14,25	27,53	13,86	25,94	31,86	24,29	32,07	23,20	33,57	25,81	32,02	24,53
4. Transferências Correntes	59,83	50,68	63,89	50,98	63,57	49,95	55,24	40,50	55,62	41,89	57,46	46,18	58,59	44,88	61,16	46,62	60,94	44,09	59,76	45,94	59,45	45,55
5. Transferências Intragov.	5,28	4,48	4,84	3,86	5,83	4,58	7,13	5,22	8,90	6,70	8,72	7,01	9,36	7,17	8,93	6,81	13,29	9,61	8,31	6,39	7,72	5,92
6. Transferências Intergov.	15,25	12,92	14,88	11,87	15,13	11,89	22,97	16,84	21,63	16,29	23,25	18,69	19,71	15,10	19,81	15,10	23,24	16,81	22,25	17,11	20,90	16,01
7. Encargos da Dívida Interna	17,51	14,84	24,73	19,73	20,35	15,99	0,88	0,65	3,30	2,48	3,96	3,18	5,98	4,58	10,24	7,81	5,38	3,89	3,78	2,91	3,85	2,95
8. Encargos da Dívida Externa	0,90	0,76	0,85	0,68	1,42	1,12	1,14	0,84	0,02	0,01	0,18	0,15	0,25	0,19	0,93	0,71	0,49	0,35	0,09	0,07	0,08	0,06
9. Despesas de Capital	100	15,28	100	20,21	100	21,43	100	26,68	100	24,70	100	19,61	100	23,41	100	23,75	100	27,66	100	23,13	100	23,38
10. Investimentos	12,30	1,88	16,50	3,33	14,53	3,11	28,09	7,50	17,63	4,35	12,80	2,51	13,77	3,22	9,39	2,23	8,62	2,39	5,19	1,20	7,73	1,81
11. Transferências de Capital	86,44	13,21	78,92	15,95	76,15	16,32	64,05	17,09	72,20	19,06	84,14	16,50	85,98	20,12	87,50	20,78	87,99	24,34	85,11	19,68	67,40	15,76
12. Transferência Intragov.	37,25	5,69	31,63	6,39	22,65	4,85	28,03	7,48	40,97	10,12	23,56	4,62	28,81	6,74	30,14	7,16	17,76	4,91	10,21	2,36	9,64	2,25
13. Transferência Intergov.	4,07	0,62	1,60	0,32	1,71	0,37	1,38	0,37	1,02	0,25	1,58	0,31	1,83	0,43	1,14	0,27	0,67	0,18	0,98	0,23	1,32	0,31
14. Amortização da Dívida Interna	37,20	5,76	38,27	7,74	42,82	9,18	1,57	0,42	3,43	0,85	58,81	11,54	54,96	12,86	66,88	15,88	68,89	19,05	71,49	16,53	54,52	12,75
15. Amortização da Dívida Externa	2,23	1,11	2,79	1,57	8,72	1,87		0,00	0,001	0,0001	0,01	0,002	0,01	0,002	0,19	0,05	0,62	0,17	1,79	0,41	1,42	0,33
16. Despesa Orçamentária	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul

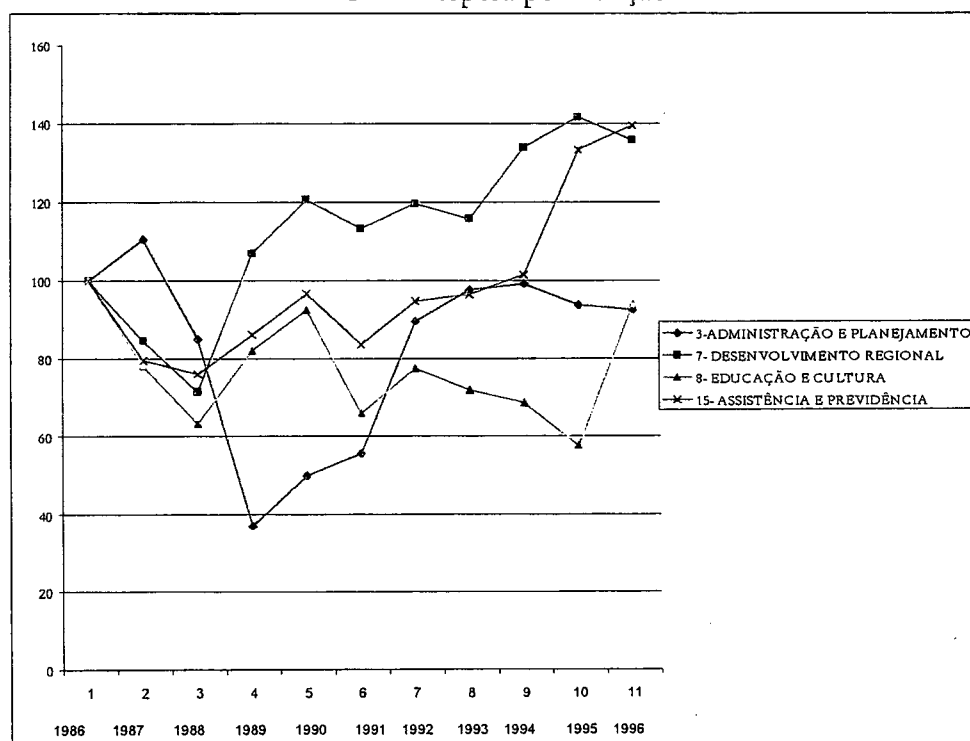
Quanto à análise da despesa segundo a classificação funcional-programática, os gastos do governo estadual, entre 1986 e 1989, estiveram concentrados nas funções Administração e Planejamento, Educação e Cultura, Assistência e Previdência, e Desenvolvimento Regional. Essas funções — as quatro maiores —, que representavam 75,8% do dispêndio na época do Plano Cruzado, tiveram essa participação reduzida para 67,3% em 1989. Internamente a esse grupo, as funções Educação e Cultura e Assistência e Previdência mantiveram as suas participações, enquanto a função Administração e Planejamento perdeu posição relativa, a qual foi compensada, em parte, por ganhos na função Desenvolvimento Regional.

TABELA 11
Estado do Rio Grande do Sul — Despesa por Função (Base 100=1986)

Função	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
3 - Administração e Planejamento	100	110,6	85,0	37,2	50	55,7	89,6	97,7	99,2	93,8	92,5
7 - Desenvolvimento Regional	100	84,5	71,5	106,9	120,7	113,2	119,6	115,8	133,9	141,7	135,8
8 - Educação e Cultura	100	78,1	63,3	82	92,5	66	77,5	72	68,7	57,7	94,1
15 - Assistência e Previdência	100	79,6	76,1	86,2	96,7	83,7	94,8	96,5	101,5	133,4	139,6

Fonte: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul — vários números.

GRÁFICO 1
RS — Despesa por Função



Fonte: Tabela 11.

3.3.2 A Despesa nos Anos Collor Nos anos 90, houve nova queda na Despesa Orçamentária. Em 1991, ano do Plano Collor II, a despesa retraiu-se para R\$ 5,49 bilhões. Depois, o dispêndio fixou-se em um novo patamar em dois exercícios sucessivos: R\$ 6,76 bilhões em 1992, e R\$ 6,63 bilhões, em 1993, conforme pode ser observado na tabela 9.

Em 1990, a participação das Despesas Correntes no total da Despesa Orçamentária alcançava 75,30%. O perfil da despesa em nível de subcategoria não apresentou modificação no período 1990/1993. O mesmo não aconteceu quando a análise enfoca as variações pela ótica dos elementos da despesa.

Efetivamente, nesse período anterior ao lançamento do Plano do Real, as Despesas de Custeio diminuíram sua participação relativa sobre o total das Despesas Correntes, ao passo que as Transferências Correntes recuperaram parcela da participação em relação ao total das Despesas Correntes que haviam perdido no período dos choques econômicos. Quanto às Despesas de Capital, ocorreu um fenômeno semelhante: a subcategoria não perdeu em termos de participação relativa, mas, internamente, em nível de elemento, a Amortização da Dívida Interna, que representava 0,85% da Despesa Orçamentária em 1990, aumentou a sua participação para 15,88% em 1993.

Em termos de funções programáticas, as quatro maiores (identificadas na seção anterior), que representavam 67,3% da Despesa Orçamentária, tiveram suas participações aumentadas para 77,9%. A alteração mais significativa correu por conta da função Administração e Planejamento, que passou de 15,2% para 30,1% entre 1990 e 1993. Em menor proporção, as funções Defesa Nacional e Segurança Pública, e Indústria, Comércio e Serviços também passaram a conviver com participações relativas menores do início ao final do período.

3.3.3 A Despesa Após o Plano Real Na convivência com o Plano Real, elevaram-se os gastos do governo estadual, os quais atingiram o patamar de R\$ 7 bilhões, ou seja, aquele nível de despesa alcançado anteriormente em 1986, durante a vigência do Plano Cruzado. Em 1994, a Despesa Orçamentária foi de R\$ 7,04 bilhões; nos anos seguintes, 1995 e 1996, avançou para R\$ 7,48 bilhões e R\$ 7,81 bilhões, respectivamente.

Após a edição do Real, as Despesas Correntes retomaram progressivamente — por meio do custeio — a parcela de participação sobre a Despesa Orçamentária que havia sido perdida desde o ano de lançamento da nova moeda. Do lado das Despesas de Capital houve queda significativa nas Transferências de Capital: de 27,66%, em 1994, para o nível de 23,38%, em 1996. Aqui, a mudança correu por conta da queda das Transferências de Capital sobre a Despesa Orçamentária.

Um fato que merece registro diz respeito às Despesas com Pessoal. Tomando como base de comparação os três subperíodos utilizados para dividir a série,

têm-se que as Despesas com Pessoal, que representavam 28,99% da Receita Orçamentária em 1989, tiveram essa proporção reduzida para 24,29%, em 1993, e 24,53%, no exercício de 1996. Da mesma forma, a Amortização da Dívida Interna, que representava 5,76% da Despesa Orçamentária no ano de 1986, elevou-se a 16,53% em 1995.

Por fim, comparando-se o perfil dos gastos por funções programáticas, verifica-se que, de 1993 a 1996, houve uma alteração que merece registro: o dispêndio em Assistência e Previdência elevou-se na mesma proporção em que houve queda nos gastos com a função Administração e Planejamento.

Embora ainda não se disponha de estimativas mais precisas do montante provável da Despesa Orçamentária no ano de 1998, cabe registrar que, na proposta orçamentária deste ano, o gasto foi fixado em R\$ 8,25 bilhões.

3.4 Os Resultados da Execução Orçamentária

O desempenho da receita e da despesa expresso nas seções anteriores permite que se construa, e, posteriormente, se analise o comportamento de alguns indicadores orçamentários relacionados à fonte e ao uso dos recursos públicos no Rio Grande do Sul.

3.4.1 Usos e Fontes dos Recursos

Para detalhar a forma como se processou a execução orçamentária no período que se estende de 1986 a 1996, optou-se pela escolha de três indicadores que relacionam a Receita Corrente com as Despesas Correntes e com Pessoal; e, de outra parte, a Receita Corrente Líquida com a Despesa com Pessoal.

As tabelas e os gráficos a seguir evidenciam os valores obtidos para os referidos indicadores da administração direta do governo gaúcho no período estudado.

TABELA 12
Usos e Fontes dos Recursos Orçamentários

Ano	Despesas Correntes	Despesa com Pessoal	Despesa com Pessoal
	Receitas Correntes	Receitas Correntes(%)	Receita Corrente Líquida (%)
1986	1,18	42,2	51,4
1987	1,13	36,4	43,8
1988	0,93	29,2	34,0
1989	0,77	30,3	36,7
1990	0,98	38,1	48,4
1991	0,92	31,6	40,3
1992	0,91	30,7	37,4
1993	0,91	28,9	35,3
1994	0,93	29,7	37,8
1995	1,01	33,8	43,6
1996	1,08	34,5	44,6

Fonte: Tabelas 7 e 9.

3.4.1.1 Despesas Correntes versus Receitas Correntes

A razão entre as Despesas Correntes e as Receitas Correntes é um indicador que reflete a relação entre os gastos do governo estadual que não contribuem para o aumento da capacidade produtiva do RS, e a arrecadação decorrente dos compromissos sociais dos indivíduos para manterem a esfera pública em condições de realizar os seus objetivos.

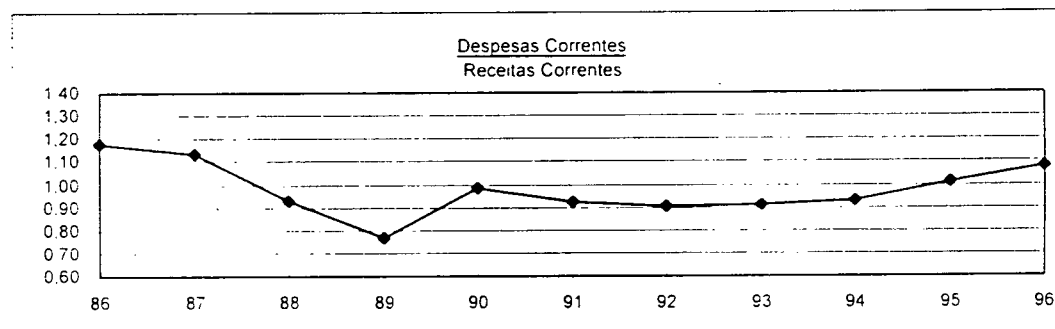
Durante o decênio analisado, a razão manteve-se em valor superior à unidade nos dois primeiros anos — 1986 e 1987 —, e voltou a manter essa posição nos dois últimos exercícios, isto é, em 1995 e 1996. Nessas duas oportunidades houve queda nas Receitas Correntes — a arrecadação sofreu quedas de 12,3%, no início, e de 3,1%, no final do período —, ao mesmo tempo em que as Despesas Correntes foram reduzidas em 15,7% entre 1987 e 1986, e apresentaram um incremento de 3,8% entre 1996 e 1995.

TABELA 13
Despesas Correntes x Receitas Correntes

Itens	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
<u>Despesas Correntes</u> <u>Receitas Correntes</u>	1,18	1,13	0,93	0,77	0,98	0,92	0,91	0,91	0,93	1,01	1,08

Fonte: Tabelas 7 e 9.

GRÁFICO 2



Em termos de série, a razão Despesa Corrente/Receita Corrente tem dois comportamentos bem definidos: decrescente entre 1987 e 1989, e estável entre 1990 a 1996.

A queda maior na despesa do que na receita, à época do início dos choques econômicos, explica por que a razão passa a ser inferior à unidade após o ano de 1987 e mantém uma tendência decrescente até 1989, quando o indicador atingiu

o seu menor valor, ou seja, 0,77 — ocasião em que a Despesa Corrente estadual apresentou o maior incremento de toda a série.

Nos anos 90, o indicador se mantém estável para, ao final, em dois anos sucessivos, superar outra vez a unidade. Mais uma vez, a despesa avançou significativamente, sem que a receita reagisse na mesma proporção. Com relação à receita, um fato destacado pela Contadoria e Auditoria-Geral do estado na análise da execução orçamentária constante do balanço de 1990 diz respeito ao fato de que a arrecadação concentrava-se nas grandes cidades gaúchas. Essa transformação corria paralelamente à redução da participação do Rio Grande do Sul na arrecadação do ICM/ICMS nacional que, em 1983, ocupava o terceiro lugar entre os estados brasileiros de maior arrecadação. Esse afastamento aconteceu concomitantemente à redução da participação gaúcha na arrecadação nacional, que, entre 1986 e 1990, teve queda de 8,6% para 7,8% do total arrecadado no país.

3.4.1.2 Despesa com Pessoal versus Receitas Correntes

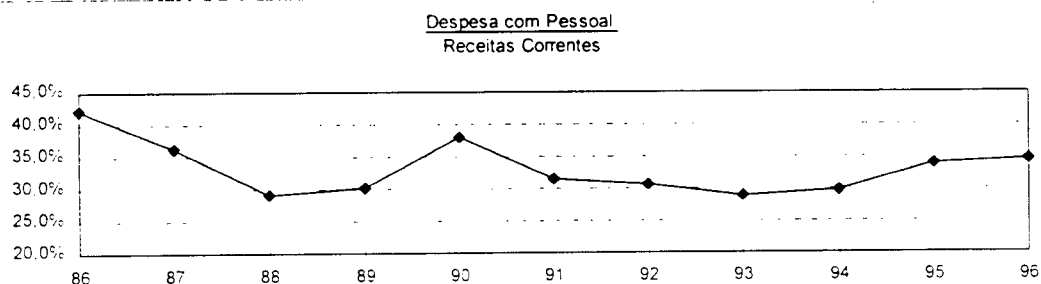
A proporção das Despesas com Pessoal sobre as Receitas Correntes caiu de 42,2%, em 1986, para 29,2%, em 1988, o que reflete a redução dos gastos com pessoal em 24,3% e 18,82%, nos anos de 1986 e 1987. Essas variações estiveram entre as quedas mais expressivas na história recente da execução orçamentária, no que diz respeito ao comportamento das Despesa com Pessoal.

TABELA 14
Despesas com Pessoal x Receitas Correntes

Itens	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
<u>Despesa com Pessoal</u> Receitas Correntes	42,2%	36,4%	29,2%	30,3%	38,1%	31,6%	30,7%	28,9%	29,7%	33,8%	34,5%

Fonte: Tabelas 7 e 9.

GRÁFICO 3



Posteriormente, esse indicador elevou-se para 38,1%, em 1990, e manteve-se, desde então, oscilando entre 30% e 35%.

Na análise do gastos com pessoal, um ponto que merece ser focado é aquele que se refere ao dispêndio com inativos. Os dados levantados junto aos balanços gerais do estado dos anos 80 permitem identificar que, no ano de 1983, a participação dos inativos nas Despesas com Pessoal era de 24%, e essa proporção se elevou para 30% em 1986 — primeiro ano do período que cobre este estudo.

Do final da década passada ao decênio atual, a participação dos inativos sobre os gastos com pessoal continuou crescendo e atingiu a casa dos 50%. Com o envelhecimento da força-de-trabalho do setor público estadual, a presença dos inativos na despesa chegou a 65,6% dos gastos com pessoal em 1995, segundo dados divulgados no balanço geral do RS.

3.4.1.3 Despesa com Pessoal *versus* Receita Corrente Líquida

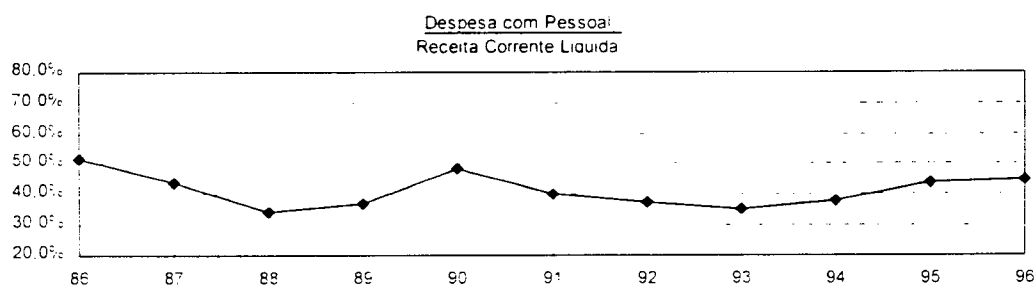
Quando as Despesas com Pessoal são relacionadas à Receita Corrente Líquida (Receita Corrente menos as Transferências Intergovernamentais), verifica-se a dispersão mais ampla entre os desempenhos dos três indicadores analisados a partir dos resultados da execução orçamentária das esferas pública da administração direta estadual.

TABELA 14A
Despesas com Pessoal x Receita Corrente Líquida

Itens	(Em porcentagem)											
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
<u>Despesa com Pessoal</u>												
Receita Corrente Líquida	51,4	43,8	34,0	36,7	48,4	40,3	37,4	35,3	37,8	43,6	44,6	

Fonte: Tabelas 7 e 9.

GRÁFICO 4



No início do período, a participação das Despesas com Pessoal na Receita Corrente Líquida despencou de 51,4%, em 1986, para 34%, em 1988, e, logo a seguir, aumentou para 48,4%, em 1990. Posteriormente, esse movimento voltou a se repetir, pois houve nova queda durante três anos sucessivos, até atingir 35,3% em 1993, e elevar-se a 44,6%, em 1996.

A explicação para semelhante desempenho está diretamente relacionada às variações a que as Transferências Intergovernamentais estiveram sujeitas durante a década: foram objeto de queda expressiva durante os dois primeiros anos — 17,8% e 15,7% —, e depois cresceram bastante — em torno de 48,6% — de 1988 para 1989.

É importante destacar que, caso se adicionem às Despesas de Pessoal os gastos com os inativos, nos termos previstos na Lei Rita Camata, os valores da relação entre a Despesa Total de Pessoal e a Receita Corrente Líquida passam a ser bastante mais elevados, como mostra a tabela 15.

TABELA 15
Despesa Total com Pessoal *versus*
Receita Corrente Líquida — Período 1991/1996

Itens	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Despesa com Pessoal						
Receita Corrente Líquida	73,30%	69,00%	64,90%	71,30%	82,80%	86,30%

Fonte: Tabelas 7 e 9.

Cabe registrar que, na mensagem que acompanha a proposta orçamentária para 1998, o governo do estado admite a impossibilidade de reduzir as Despesas com Pessoal no próximo ano, de maneira a poder cumprir as disposições dessa lei: "... entendo importante destacar que a Despesa com Pessoal na proposta orçamentária que ora submetemos à apreciação de Vossas Excelências deverá representar 72,8% da Receita Corrente Líquida, o que demonstra que os esforços de redução das Despesas Correntes e, especialmente, dos gastos com pessoal deverão começar a se concretizar a partir do próximo exercício. É verdade que tal percentual fica ainda bem acima das prescrições da Lei Rita Camata, mas é forçoso reconhecer que, face à não aprovação da chamada reforma administrativa pelo Congresso Nacional, não há como avançar na redução dessa parcela do gasto público senão progressivamente."

3.5 Indicadores de Desempenho da Gestão Financeira

A Margem de Autofinanciamento (MGA) do governo do Rio Grande do Sul alterou-se substancialmente durante o período dos choques econômicos. De um valor negativo e equivalente a R\$ 909 353,00 em 1986, a MGA passou a um valor positivo a partir de 1988, e alcançou R\$ 1 304 334,00 em

1989. A elevação das Receitas Correntes, combinada com a queda nas Operações de Crédito, explicam a transformação de uma MGA equivalente a -2,1% do PIB, em 1986, para 2,9% do PIB, em 1989.

Posteriormente, nos anos 90, a MGA foi predominantemente positiva, embora não se mantivesse no mesmo nível em que se encontrava ao final da década passada. Em 1990, representava 0,2% do PIB; a partir daquele ano houve pequenas oscilações entre -0,5% e 1%, até atingir 1,2% do produto regional em 1996. O aumento sistemático nas Receitas de Capital e Correntes, em proporções maiores do que o incremento nas Operações de Crédito, determinaram o nível alcançado no último exercício.

TABELA 16
Margem de Autofinanciamento

(Em porcentagem do PIB)

Itens	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Margem de Autofinanciamento (% do PIB)	-2,11%	-1,34%	0,75%	2,86%	0,21%	0,92%	-0,53%	1,08%	0,85%	-0,03%	1,25%

Fonte: Tabela 20.

GRÁFICO 5

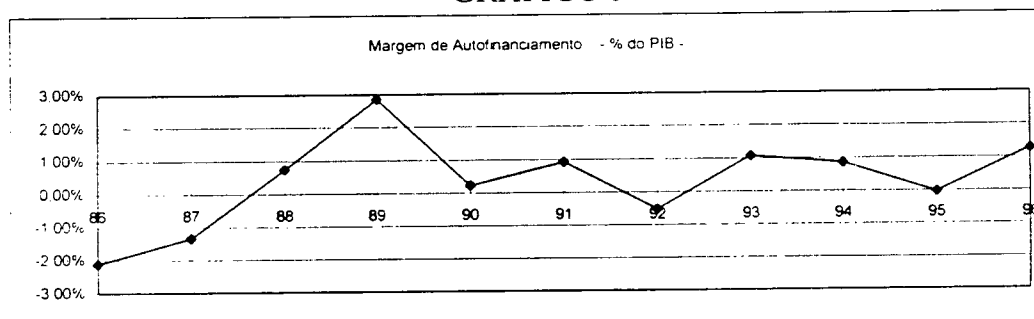


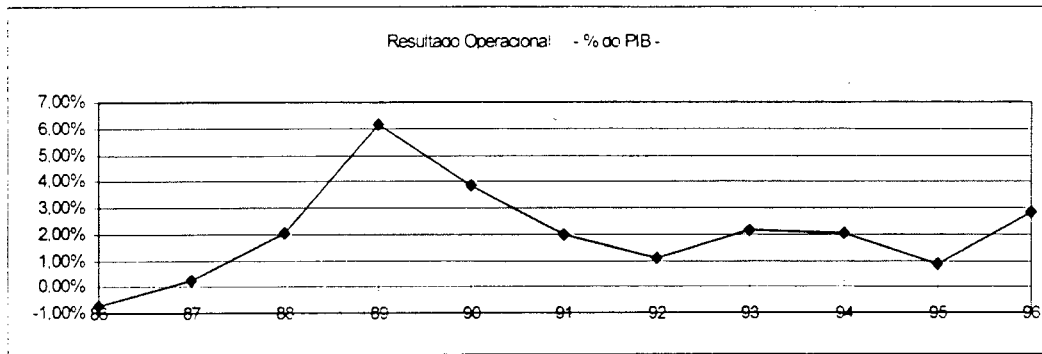
TABELA 17
Resultado Operacional

(Em porcentagem do PIB)

Itens	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Resultado Operacional (% do PIB)	-0,70%	0,25%	2,04%	6,15%	3,85%	1,98%	1,09%	2,16%	2,03%	0,88%	2,82%

Fonte: Tabelas 7 e 9.

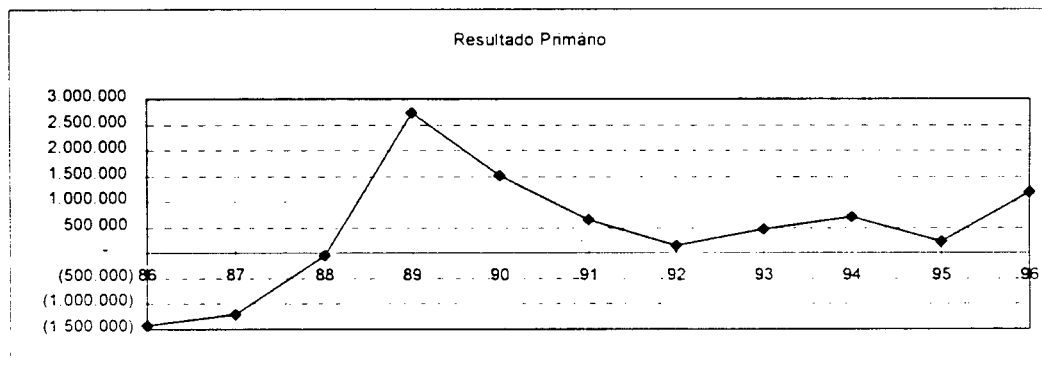
GRÁFICO 6

TABELA 18
Resultado Primário

Itens	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Resultado Primário	(1 430 105)	(1 211 406)	(39 397)	2 721 305	1 529 320	644 517	155 170	472 059	722 115	233 808	1 204 782

Fonte: Tabela 20.

GRÁFICO 7

TABELA 19
Necessidade de Financiamento

Itens	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Necessidade de Financiamento	197 429	713 975	1 497 951	2 831 115	1 753 953	1 461 310	1 349 618	2 094 290	2 375 404	1 716 768	2 461 092

Fonte: Tabela 20.

GRÁFICO 8

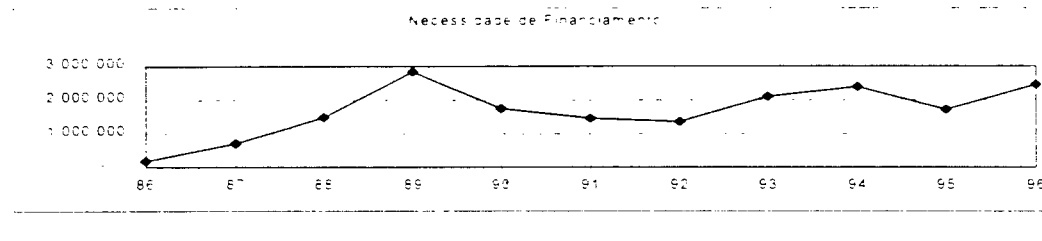


TABELA 20
Resumo — Receita e Despesa

Item	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1. Receitas Correntes	5.229.361	4.569.003	4.615.370	5.480.220	5.147.184	4.783.753	5.713.844	5.572.515	5.503.868	5.719.481	5.543.145
6. Receitas de Capital	1.263.455	1.620.301	586.604	292.737	1.368.518	525.853	703.232	899.906	1.296.759	1.175.019	2.297.117
7. Operações de Crédito	1.249.499	1.616.624	584.584	272.587	1.356.504	509.256	1.471.031	894.858	1.278.714	1.149.649	1.223.437
1. Despesas Correntes	6.132.672	5.168.132	4.289.857	4.196.036	5.067.675	4.417.468	5.179.625	5.059.527	5.094.937	5.760.949	5.981.080
3. Pessoal	2.196.273	1.662.484	1.349.213	1.659.247	1.962.164	1.513.066	1.754.420	1.611.755	1.634.200	1.934.219	1.914.725
6. Transferência Intergovernamental	935.426	769.319	648.700	964.037	1.095.941	1.026.855	1.021.165	1.002.180	1.183.701	1.282.155	1.249.761
7. Encargos da Dívida Interna	1.074.632	1.278.467	872.901	37.107	166.679	175.207	310.548	517.962	274.317	218.536	229.824
8. Encargos da Dívida Externa	55.452	43.768	61.045	48.465	766	7.733	13.305	47.011	25.134	4.990	5.405
9. Despesa de Capital	1.126.782	1.329.428	1.170.418	1.526.781	1.662.431	1.078.427	1.583.197	1.576.255	1.948.429	1.732.865	1.825.347
14. Amortização da Dívida Interna	417.338	501.488	501.200	24.237	57.178	633.841	870.581	1.053.898	1.341.683	1.238.697	995.126
15. Amortização da Dívida Externa	80.117	101.658	102.201	-	10	11	15	3.360	12.155	30.737	25.955
12. Investimentos	136.580	169.395	169.607	428.815	293.460	138.529	217.720	148.363	167.858	90.009	141.424
PIB real - com imputação dos serviços de intermediação financeira em R\$ mil de 1995	43.010.382	44.431.904	43.857.765	45.636.912	44.074.667	41.802.359	44.145.492	48.031.670	50.359.239	51.039.476	51.039.426
PIB em relação ao ano anterior	2,0%	3,1%	-1,3%	4,1%	3,4%	-5,2%	5,6%	8,8%	4,8%	1,4%	0,0%
(+) 11. Receitas Correntes	5.229.361	4.569.003	4.615.370	5.480.220	5.147.184	4.783.753	5.713.844	5.572.515	5.503.868	5.719.481	5.543.145
(-) 6. Transferência Intergovernamental	(935.426)	(769.319)	(648.700)	(964.037)	(1.095.941)	(1.026.855)	(1.021.165)	(1.002.180)	(1.183.701)	(1.282.155)	(1.249.761)
(=) Resultado Corrente Equilibrado	4.293.935	3.799.684	3.966.669	4.516.183	4.051.243	3.756.899	4.692.679	4.570.335	4.320.166	4.437.326	4.293.384
(+) 11. Receitas Correntes	5.229.361	4.569.003	4.615.370	5.480.220	5.147.184	4.783.753	5.713.844	5.572.515	5.503.868	5.719.481	5.543.145
(-) 1. Despesas Correntes	(6.132.672)	(5.168.132)	(4.289.857)	(4.196.036)	(5.067.675)	(4.417.468)	(5.179.625)	(5.059.527)	(5.094.937)	(5.760.949)	(5.981.080)
(+) 6. Receitas de Capital	1.263.455	1.620.301	586.604	292.737	1.368.518	525.853	703.232	899.906	1.296.759	1.175.019	2.297.117
(-) 7. Operações de Crédito	(1.249.499)	(1.616.624)	(584.584)	(272.587)	(1.356.504)	(509.256)	(1.471.031)	(894.858)	(1.278.714)	(1.149.649)	(1.223.437)
(=) Resultado Operacional	(909.353)	(595.452)	327.533	1.304.334	91.523	382.883	(233.579)	518.035	426.975	(16.097)	635.745
MG % do PIB	-2,11%	-1,34%	0,75%	2,86%	0,21%	0,92%	-0,53%	1,08%	0,85%	0,03%	1,25%
(-) 12. Investimentos	(929.353)	(595.452)	327.533	1.304.334	91.523	382.883	(233.579)	518.035	426.975	(16.097)	635.745
(+) 9. Despesas de Capital	1.126.782	1.329.428	1.170.418	1.526.781	1.662.431	1.078.427	1.583.197	1.576.255	1.948.429	1.732.865	1.825.347
(-) 14. Amortização da Dívida Interna	(417.338)	(501.488)	(501.200)	(24.237)	(57.178)	(633.841)	(870.581)	(1.053.898)	(1.341.683)	(1.238.697)	(995.126)
(-) 15. Amortização da Dívida Externa	(80.117)	(101.658)	(102.201)	-	(10)	(11)	(15)	(3.360)	(12.155)	(30.737)	(25.955)
(=) Resultado Operacional	(300.226)	(112.830)	894.550	2.806.877	1.696.765	827.458	479.022	1.037.032	1.021.566	447.334	1.440.011
Resultado Operacional % do PIB	-0,70%	-0,25%	2,04%	6,15%	3,85%	1,98%	1,09%	2,16%	2,03%	0,88%	2,82%
(+) Resultado Operacional	(300.226)	(112.830)	894.550	2.806.877	1.696.765	827.458	479.022	1.037.032	1.021.566	447.334	1.440.011
(-) 7. Encargos da Dívida Interna	(1.074.632)	(1.278.467)	(872.901)	(37.107)	(166.679)	(175.207)	(310.548)	(517.962)	(274.317)	(218.536)	(229.824)
(+) 8. Encargos da Dívida Externa	(55.452)	(43.768)	(61.045)	(48.465)	(766)	(7.733)	(13.305)	(47.011)	(25.134)	(4.990)	(5.405)
(=) Resultado Operacional	(1.130.084)	(1.322.235)	(933.947)	2.721.305	1.529.320	809.517	465.743	470.951	722.115	222.808	1.204.782
(+) Resultado Operacional	(300.226)	(112.830)	894.550	2.806.877	1.696.765	827.458	479.022	1.037.032	1.021.566	447.334	1.440.011
(+) 14. Amortização da Dívida Interna	417.338	501.488	501.200	24.237	57.178	633.841	870.581	1.053.898	1.341.683	1.238.697	995.126
(+) 15. Amortização da Dívida Externa	80.117	101.658	102.201	-	10	11	15	3.360	12.155	30.737	25.955
(=) Resultado Operacional	(97.429)	(713.975)	(1.497.951)	(2.831.115)	(1.753.953)	(1.461.310)	(1.349.618)	(2.094.290)	(2.375.404)	(1.716.768)	(2.461.092)
(+) Receita Total	6.472.816	6.189.304	5.201.973	5.772.957	6.515.722	5.309.607	6.417.076	6.472.420	6.800.627	6.894.500	7.840.262
(-) 7. Operações de Crédito	(1.249.499)	(1.616.624)	(584.584)	(272.587)	(1.356.504)	(509.256)	(1.471.031)	(894.858)	(1.278.714)	(1.149.649)	(1.223.437)
(=) Resultado Operacional % do PIB	12,1%	10,3%	10,5%	12,1%	11,7%	11,5%	11,2%	11,6%	11,0%	11,3%	13,0%

Fonte: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul — vários números.

4 INFRA-ESTRUTURA E REFORMA DO ESTADO

A severa limitação da capacidade de investir do setor público estadual, associada à necessidade de viabilizar investimentos na infra-estrutura, para suprir deficiências em áreas vitais como as de transportes, energia e telecomunicações, forçaram o governo do Rio Grande do Sul a empreender um programa abrangente de reforma do estado, que implica privatização ou a concessão, à iniciativa privada, de vários serviços que tradicionalmente se situavam na alçada do setor público estadual. Esse programa foi aprovado pela Assembléia Legislativa em dezembro de 1995, por meio da Lei nº 10 607.

4.1. Transportes O primeiro passo desse processo de privatização foi o repasse, para a iniciativa privada, dos terminais do Porto de Rio Grande. Atualmente, os diversos terminais do porto se encontram quase totalmente privatizados. Continua em andamento o processo de privatização de outros serviços ligados à infra-estrutura.

TABELA 21
Extensão da Malha Rodoviária do Rio Grande do Sul (em mil km)

Rodovias	Pavimentadas	Não-Pavimentadas	Planejadas	Total
Federais	5,7	1,8	1,0	8,5
Estaduais	3,4	7,6	1,5	12,5
Municipais	0,3	123,4	1,8	125,5
Total	9,4	132,8	4,3	146,5

Fonte: DAER-RS.

Na área das rodovias, foram licitados pólos rodoviários que abrangeram 2,6 mil quilômetros de estradas, correspondentes a 26% da malha do Rio Grande do Sul, ao final de 1997. Será transferida à iniciativa privada a conservação de rodovias nos pólos da Região Metropolitana de Porto Alegre e de Pelotas, Santa Cruz, Lajeado, Santa Maria, Caxias, Gramado, Vacaria e Carazinho. O governo do estado prevê que venham a ser feitos investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão por parte das empresas concessionárias desses pólos.

Os principais investimentos ocorridos no estado, no passado recente, na área de transportes, foram a conclusão da ponte do Barracão, na fronteira com Santa Catarina, e a construção da ponte internacional sobre o Rio Uruguai, entre São Borja e Santo Tomé, na Argentina. Além disso, cabe destacar o início do alargamento da rodovia Tabai-Canoas, trecho inicial de rotas de grande fluxo de trânsito que ligam a capital ao norte e noroeste do estado. Além disso, já foi concedida à iniciativa privada a conservação do trecho da BR-290, que liga a capital ao litoral. A cobrança de pedágio deverá ter início antes do final do mês de outubro. Essa rodovia, que depois se liga à BR-101, constitui-se no principal acesso de Porto Alegre ao centro do país.

4.2 Telecomunicações No final de 1996 ocorreu a venda de 35% das ações ordinárias da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) a um consórcio liderado pela Telefónica de Espanha (do qual também participa o grupo controlador da maior empresa jornalística do estado), que rendeu R\$ 681 milhões ao Tesouro gaúcho. Foi divulgada uma estimativa de que os investimentos da empresa, em 1997, poderão atingir aproximadamente R\$ 1,1 bilhão. A expansão da CRT deverá fazer que sejam entregues ao público 230 mil novas linhas de telefone celular e 275 mil linhas convencionais.

Segundo o governo, essa providência foi tornada indispensável, para evitar perdas para o estado, tendo em vista que: "a reestruturação geral do sistema de telecomunicações nacional, cujo novo desenho — baseado na outorga de concessões a empreendedores privados em três ou quatro grandes regiões do país — arriscava desvalorizar a companhia estadual, em decorrência das dificuldades de competição de uma empresa pública relativamente pequena em um mercado ocupado por grandes operadores privados."

Os dados da tabela 22 mostram a situação relativamente desfavorável do Rio Grande do Sul no que se refere ao número de terminais por cem habitantes, no final de 1995. O valor dessa relação para o estado era apenas ligeiramente superior à média nacional, e posicionava-se abaixo de outras unidades da Federação que concorrem com o RS na atração de empreendimentos, como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais.

TABELA 22
Número de Terminais Convencionais
por 100 habitantes (1994/1995)

Pais ou Estado	Terminais/100 hab.
Suécia	68,6
Estados Unidos	59,8
Japão	48,4
Uruguai	18,3
Argentina	14,3
Colômbia	12,6
México	9,7
Brasil	8,1
Distrito Federal (TELEBRASILIA)	22,1
Paraná (TELEPAR)	12,0
São Paulo (TELESP)	15,2
Santa Catarina (TELESC)	9,2
Minas Gerais (TELEMIG)	8,5
Bahia (TELEBAHIA)	4,9
Rio Grande do Sul (CRT)	8,3

Fonte: RS-2010 - Núcleo de Infra-Estrutura.

Obs.: Os dados relativos a países referem-se a dezembro de 1994, enquanto os relativos aos estados referem-se a dezembro de 1995.

4.3 Energia Elétrica Está em andamento o processo de privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). A empresa passou por um processo de reestruturação, e foi desmembrada em seis subsidiárias integrais, inicialmente subordinadas a uma *holding*: três distribuidoras de energia, uma empresa de transmissão, uma de geração térmica (carvão) e outra de geração hídrica.

Em outubro, foram vendidas à iniciativa privada duas das distribuidoras, a Companhia Centroeste de Distribuição de Energia Elétrica, com 803 mil consumidores, e a Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica (838 mil). O valor obtido com essa venda superou os três bilhões de reais, e foi obtido, no leilão, um ágio superior a 80% em relação à estimativa inicial do valor das empresas.

A distribuidora da região sul-sudeste do estado, que também deverá atender à capital, com 1,1 milhão de usuários, deverá permanecer sob controle do estado, com possibilidade de que sejam repassadas até 49% das suas ações à iniciativa privada. O mesmo deverá ocorrer com as empresas de geração hídrica e de transmissão. A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica será entregue ao governo federal para posterior privatização, como parte de um acordo para a rolagem da dívida mobiliária do estado.

Além disso, o governo busca reduzir ou eliminar a dependência do sistema interligado da ELETROBRÁS, por intermédio da atração da iniciativa privada para a geração de energia. Na atualidade, o Rio Grande do Sul produz cerca de um terço da energia que consome. Com base nesse esforço, está previsto para os próximos cinco anos um aumento substancial da capacidade de geração no estado, com a operação, no Rio Grande do Sul e na fronteira com Santa Catarina, das hidrelétricas de Itá (1 450 MW), Machadinho (1 040 MW) e Dona Francisca (125 MW); com as termelétricas a carvão Jacuí I (350 MW) e Candiota III (350 MW), e com a Usina Térmica a Gás de Uruguaiana (450 MW), a ser alimentada com gás argentino.

4.4 Sistema Financeiro Estadual A principal medida de reestruturação do sistema financeiro estadual foi a extinção da Caixa Econômica Estadual, com a subsequente criação de uma agência de desenvolvimento, denominada Caixa Estadual — Agência de Desenvolvimento. Em consequência, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) foi transformado em instituição exclusivamente comercial. A Agência de Desenvolvimento nascerá gerenciando programas de fomento da ordem de R\$ 1,4 bilhão.

4.5 Outras Empresas Estatais O governo do RS também pretende atrair empreendedores privados para investir em outras áreas da infra-estrutura, como o saneamento básico, atualmente a cargo da

Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). No momento, está sendo discutida a modelagem do processo de concessão.

Já se encontram em andamento alguns investimentos importantes na área de saneamento, por intermédio do Pró-Guaíba, um programa financiado pelo BID. O aspecto principal desse programa é a implantação de redes de tratamento de esgotos, com o objetivo de reduzir os índices de poluição nas bacias dos rios que desembocam no Guaíba, estuário onde se localiza a capital do estado.

Além disso, várias outras empresas estatais deverão ter seu capital aberto a investidores privados. Dentre elas, as principais são a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e a Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), ambas criadas nos primeiros anos da década de 70.

A primeira, além de responder pela maior parte dos serviços de processamento de dados no âmbito da administração estadual, é uma das principais provedoras de acesso à INTERNET do estado, com mais de 10 mil clientes. Com cerca de 750 funcionários, a PROCERGS tem unidades regionais no interior, em Santa Maria, Caxias do Sul, Passo Fundo, Santo Ângelo, Alegrete e Pelotas.

A CORAG, com cerca de 250 funcionários, faz serviços gráficos em geral e imprime as principais publicações oficiais, como o Diário Oficial do Estado, o Diário da Assembléia, o Diário da Justiça e o Diário da Indústria e Comércio.

Também deverão ser privatizadas a BANRISUL Armazéns Gerais (BAGERGS) e a Companhia de Indústrias Eletroquímicas (CIEL). Esta última, com 40 funcionários, fabrica sulfato de alumínio, produto utilizado no tratamento de água, e teve seu controle comprado, em 1969, pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), que é hoje detentora de 93,12% das ações.

Finalmente, cabe destacar a reforma estrutural do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), já concretizada, que resultou na concessão dos serviços antes prestados diretamente por esse órgão para operadores privados.

5 INVESTIMENTOS PRIVADOS

5.1 A Nova Leva de Investimentos Privados a Partir de 1996 Depois de um período bastante longo em que foram relativamente escassos os investimentos privados de vulto no RS, desde o início de 1996 têm sido anunciadas numerosas decisões no sentido de implantar novos empreendimentos no estado, especialmente na área industrial. Uma listagem parcial desses empreendimentos, baseada em material fornecido pela Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, é apresentada no quadro 1, a seguir.

QUADRO 1

Investimentos Anunciados no Rio Grande do Sul, a Partir de 1996

Empresa	Investimento Anunciado
Ipiranga Petroquímica	Ampliação da unidade de polietileno e instalação de duas outras unidades — Pólo Petroquímico de Triunfo
DHB	Unidade de juntas homocinéticas — Porto Alegre
Iochepe-Maxion	Fábrica de motores diesel — Canoas
Petropar	Unidade de latas
ATH-Albarus	Ampliação de fábrica de juntas homocinéticas — Porto Alegre
Tevah	Fábrica têxtil — Porto Alegre
Multiplan-Bozano Simonsen	<i>Shopping-center</i> — Porto Alegre
Parks Informática	Ampliação de fábrica de <i>modems</i>
INNOVA	Nova unidade de estireno — Pólo Petroquímico de Triunfo
Brahma	Cervejaria — Viamão
SLC e Deere Company	Fábrica de tratores em Horizontina
Carrefour	Lojas em Canoas, Novo Hamburgo e Caxias do Sul
COPEUL	Duplicação da central de matérias-primas — Pólo Petroquímico de Triunfo
PETROBRÁS	Ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini
Perdigão	Duplicação de duas fábricas de ração e construção de incubadoras, granjas e aviários das três unidades do RS (Marau, Serafina Corrêa e Gaurama)
AEROMED - Grupo Vontobel	Programa de assistência médica aérea
Stihl	Fábrica de cilindros — São Leopoldo
YOLAT	Fábrica de laticínios em Carazinho
Air Products	Fábrica de hidrogênio e oxigênio em Guaíba
Celulose Cambará	Modernização de equipamentos e aumento da área plantada
Crow Cork	Instalação de fábrica de tampas plásticas — Venâncio Aires
Mineração Visconde de Mauá	Exploração de bentonita (argila plástica) — Arroio Grande
Belquímica	Nova fábrica de embalagens de poliestireno — Montenegro
Coca-Cola	Nova fábrica — Porto Alegre
Copelmi Mineração e RTZ Corporation	Agregação de tecnologia na lavra de carvão — Butiá, Arroio dos Ratos e Charqueadas
TGN - Transportadora de Gás del Norte	Gasoduto Uruguiana — Cidade do Paraná (para fornecimento de gás para a central termelétrica de Uruguiana)
VIPAL	Ampliação da produção de revestimento para recapagem de pneus — Nova Prata
DC Navegantes (Renner)	<i>Shopping-center</i> — Ampliação (120 lojas)
Souza Cruz	Unidade de processamento de fumo — Santa Cruz do Sul
Microsoft	Implantação de filial no RS
Universal Leaf Tabacos	Ampliação das unidades de processamento de fumo de Santa Cruz e Venâncio Aires
Real e Big Shop	Supermercados — Reformulação e ampliação de lojas
Kannenberg e Cia.	Fábrica de cigarros
Randon	Fábrica de queijo tipo italiano — Vacaria
Randon-Yost do Brasil	Modernização tecnológica da unidade
Frigorífico Comabem	Modernização da planta — Gravataí
Multishopping Goldman Sachs	<i>Shopping-center</i>
Phillip Morris	Ampliação de fábrica de cigarros
Mobitel S.A.	Instalação de filial em Porto Alegre
Retinaria do Chopp	Implantação de casa noturna na zona norte de Porto Alegre
Lojas Renner	Nova loja em Caxias do Sul

(continua)

(continuação)

Frangosul	Modernização e ampliação da produção de matrizes (aves e suínos)
Shopping Iguatemi Caxias do Sul	<i>Shopping-center</i>
Petroquímica Triunfo	Implantação de unidade de polietileno linear BD — Pólo Petroquímico de Triunfo
Belquímica	Implantação de unidade de poliestireno espumado para embalagens
Heckert	Planta industrial de produção de usinas de lixo
HYVA	Unidade de fabricação de cilindros hidráulicos telescópicos
Filler	Implantação no mercado brasileiro de linha de massas instantâneas — Santa Cruz do Sul
Medabil Construções e Varco	
Pruden Buildings	Produção de obras pré-engenhadas metálicas
Supermercado Econômico	Instalação de quatro lojas em Porto Alegre e região metropolitana
Madeiraira Herval	Investimento na divisão química, para aumento da produção de solados, espumas e látex. Ampliação de fábrica na BR-116
World Trade Center	Centro de convenções
Bausch e Lomb	Ampliação da produção de lentes de contato coloridas
ZF do Brasil	Sediar divisão de caixas de câmbio automáticas para ônibus
General Motors	Instalação de montadora em Gravataí — (o complexo incluirá investimentos de 14 a 16 fornecedores ou <i>sistemistas</i>)
Casablanca Forest	Instalação de duas unidades de aglomerado de madeira na ZPE de Rio Grande e no Distrito Industrial de Rio Grande

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI).

Mais recentemente, depois da confecção dessa listagem, foram anunciadas as decisões da Ford, de implantar uma montadora de automóveis no estado, e do Grupo Gerdau, de instalar uma unidade produtora de aços planos. Foi também anunciada recentemente a implantação de uma fábrica de caminhões em Caxias do Sul, pela Navistar, em associação com um grupo local.

Entre esses novos empreendimentos, alguns vêm agregar novos elos a cadeias produtivas que já tinham presença importante no perfil da economia local. É o caso das novas unidades da General Motors, da Ford e da Navistar, no setor automobilístico, pois o Rio Grande do Sul já se destacava como um dos principais produtores de autopeças do país. A implantação dessas unidades contribuirá de forma muito significativa para diversificar a atividade industrial do estado, pois junto a elas serão instaladas unidades complementares, fornecedoras de peças e assessorios pré-montados.

Nesse mesmo grupo de empreendimentos que inserem novos elos em cadeias produtivas importantes da economia local, pode ser incluída a fábrica de cigarros que está sendo implantada pela Souza Cruz em um município da região metropolitana, a qual possibilitará maior agregação de valor pela já tradicional indústria fumageira do estado, cujas atividades de plantio e processamento de matéria-prima se concentram na região de Santa Cruz do Sul.

Outros empreendimentos consolidam ou modernizam atividades já presentes na matriz produtiva do estado. Entre eles destacam-se os ligados à área da petroquímica: a duplicação da central de matérias-primas do Pólo Petroquímico de

Triunfo e os conseqüentes investimentos na expansão das indústrias de segunda geração do setor. Para viabilizar essa duplicação, será ampliada a capacidade da Refinaria Alberto Pasqualini, de forma a assegurar o fornecimento de nafta para o Pólo Petroquímico.

Também inserem-se nesse grupo alguns investimentos importantes nas indústrias de bebidas e calçados. A Companhia Cervejaria Brahma fechou uma fábrica no interior e iniciou a construção de uma grande unidade, mais moderna, em um município da região metropolitana, adjacente à capital. A Coca-Cola também está construindo uma nova unidade em Porto Alegre, para substituir uma planta mais antiga existente na cidade.

Incluem-se ainda nesse grupo de empreendimentos *modernizadores* de atividades preexistentes vários investimentos que têm sido anunciados na área do comércio varejista, como um *shopping-center* a ser implantado em Porto Alegre, além de outros que estão sendo instalados no interior do estado.

No que se refere à geração de empregos por esses novos empreendimentos, uma matéria publicada no Balanço Anual da Gazeta Mercantil registra: "Devido ao alto grau de inovação tecnológica empregado nos novos empreendimentos, em setores tradicionalmente pouco intensivos em mão-de-obra, a geração de empregos será relativamente pequena quando comparada aos capitais aplicados. No total, serão cerca de 14 mil novos postos de trabalho diretos, o que resulta em um custo aproximado de R\$ 280 mil por vaga aberta."

5.2 Os Programas de Incentivos

O governo do Rio Grande do Sul tem adotado uma política ativa de concessão de incentivos fiscais e financeiros para viabilizar a atração desses novos empreendimentos. Esses incentivos foram especialmente significativos no caso dos empreendimentos maiores, como a General Motors, disputados por outras unidades da Federação.

O argumento adotado pelo governo para justificar essa política agressiva baseia-se na necessidade de compensar as desvantagens locacionais oriundas da distância do Rio Grande do Sul em relação aos principais centros de mercado no país, e de algumas deficiências de infra-estrutura apresentadas pelo estado.

Os programas de incentivos fiscais estaduais também têm como objetivo reduzir a emigração de empresas de ramos intensivos em mão-de-obra para outras regiões do país, para reduzir custos com salários. No passado recente, muitas empresas da indústria de calçados têm implantado unidades no Nordeste, atraídas pelos salários mais baixos, por formas flexíveis de contratação de mão-de-obra (cooperativas de trabalho) e por incentivos fiscais oferecidos pelos estados nordestinos.

O principal instrumento gaúcho de atração de investimentos é o FUNDOPEM/RS, que pode ser caracterizado como um estímulo, na forma de incentivo financeiro, concedido pelo governo do estado aos novos empreendimentos industriais que optarem por se instalar no estado. O programa incentiva empreendimentos industriais em geral. Para estimular a expansão de segmentos específicos, foram criados oito subprogramas setoriais, um subprograma regional e um especial.

O incentivo é calculado sobre o valor do ICMS incremental gerado pelo investimento. O limite do benefício é de 50% do custo do investimento fixo total do projeto, excetuado o terreno, e pode ser elevado a 60% em casos especiais. Em dois subprogramas, o PROINCI e o FUNDOPEM especial, o limite do benefício é o montante do custo do investimento fixo total do projeto, com exceção do terreno.

TABELA 23
Programas de Incentivos do Governo
do Rio Grande do Sul

Programas	Incentivo Mínimo (%)	Incentivo Máximo (%)
FUNDOPEM — Para indústrias em geral, não enquadradas nos programas setoriais específicos	Até 60	Até 60
1. PROPLAST — Para as indústrias de transformação de produtos petroquímicos e químicos	60	75
2. PROENERG — Para as indústrias (bem como aquelas equiparadas a indústria) de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	60	75
3. PROINCI — Para indústrias de fabricação de cigarros	52,5	60
4. PROTEC — Para indústrias de alta tecnologia ou de base tecnológica	50	75
5. PROPEÇAS — Para indústrias do setor de autopeças para veículos automotivos	50	75
6. Pró-Calçados e Confecções — Para indústrias de calçados e confecções	50	75
7. Pólo Oleoquímico — Para indústrias de produção e transformação de óleos animais, minerais e vegetais, excetuando-se os derivados da soja	50	75
8. Metade Sul do Estado — Para projetos industriais localizados na região, os incentivos têm percentual máximo	60	75
9. FUNDOPEM Especial — Enquadram-se os projetos industriais considerados de vital interesse econômico para o estado, e visa-se equiparar o tratamento dispensado por outras unidades da Federação	75 do ICMS devido	75
Nosso emprego — Programa especial de incentivo à geração de empregos	Até 75	Até 75

Fonte: Programa de Incentivos do Governo do Rio Grande do Sul — SEPLAN/RS.

O principal instrumento da política estadual de incentivos, o FUNDOPEM, foi criado em 1988. Desde então, essa política passou por diversas alterações, e foram criados outros programas e subprogramas de incentivos. As principais mudanças ocorridas são sintetizadas no quadro 2.

QUADRO 2
Principais Alterações dos Programas
Estaduais de Incentivos — 1988/1997

Ano	Alteração
1988	Criação e Regulamentação do FUNDOPEM — Lei nº 8 575 — Decreto nº 32 855
1993	Criação do PROPLAST. A partir de 1994, o PROPLAST passou a ser um programa setorial do FUNDOPEM
1996	Nova modalidade de pagamento do benefício, por meio de crédito fiscal presumido, ao invés de pagamento pelo Tesouro, após o pagamento do ICMS (Decreto nº 36 929).
1996	Projeto Articulado de Desenvolvimento para a Metade Sul do Estado.
1997	Criação do Programa Especial para Geração de Empregos — Nosso Emprego.
1994/1997	Criação dos programas setoriais:
	- PROPLAST (1994)
	- PROENERG (1996)
	- PROINCI (1996)
	- PROPEÇAS (1996)
	- PROTEC (1996)
	- Pró-Calçados e Confecções (1996)
	- Pólo Oleoquímico (1997)

Fonte: SEDAI/RS.

Para a atração da General Motors e de seus fornecedores, foi criado um pacote específico de incentivos, chamado *Fomentar*, que concede financiamento equivalente a 9% do faturamento bruto, por um prazo de quinze anos, com dez de carência e doze para pagamento (sem juros). Além disso, a empresa recebeu do governo um adiantamento em dinheiro, no valor de R\$ 253 milhões.

A negociação com a Ford baseou-se na concessão de garantias para um empréstimo junto ao BNDES, e envolveu o compromisso, pelo governo do estado, de assumir o montante dos pagamentos relativos a juros que excedam o patamar de 6% ao ano.

TABELA 24
Número de Empresas Beneficiadas pelo FUNDOPEM/RS, Investimentos Fixos e Novos Empregos Criados, por Ano — 1988/1997

Ano	Número de Empresas Beneficiadas	Investimentos Fixos (L\$ S)	Novos Empregos
1988	6	52 219 281	744
1989	22	133 370 565	7 133
1990	24	1 331 364 582	5 016
1991	21	208 658 309	6 146
1992	13	77 189 045	2 195
1993	25	48 237 681	2 037
1994	110	510 394 364	13 719
1995	77	161 997 755	5 825
1996	107	779 494 077	7 271
1997	90	1 659 988 944	7 930

Fonte: SEDAI/RS.

Nota: ¹Valores até o mês de agosto.

6 FATORES DETERMINANTES DAS OPÇÕES DE LOCALIZAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS NO RIO GRANDE DO SUL

Para se identificarem os fatores determinantes da opção locacional dos novos empreendimentos que decidiram instalar-se no Rio Grande do Sul, foi encaminhado a 33 empresas, via fax, o questionário apresentado no anexo A deste texto. O envio do questionário foi precedido de um contato telefônico, e as empresas foram selecionadas com base em uma listagem obtida junto à Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Estado (SEDAI).

O questionário combina questões estruturadas com questões abertas, de forma a permitir a referência a fatores locacionais não previstos pelos organizadores da pesquisa, e proporcionar meios de se verificar a consistência das respostas.

Foram também incluídas no questionário duas perguntas específicas, uma estruturada e outra aberta, sobre os motivos da escolha de uma determinada localização no território do estado, para se identificarem os principais fatores que influenciaram a opção por uma ou outra área.

Foram recebidas 22 respostas. Em alguns casos, houve erro de preenchimento, por má interpretação das instruções. Esse problema, no entanto, não inviabilizou a análise dos resultados, que é apresentada a seguir.

6.1 Motivos da Opção pelo Rio Grande do Sul

Os motivos que determinaram a opção pela localização no Rio Grande do Sul foram investigados, no questionário, por meio de duas perguntas. A primeira solicitava que dez fatores fossem ordenados, em ordem decrescente, segundo sua importância na tomada de decisão quanto à localização. A segunda era uma questão aberta, e perguntava-se por que a empresa escolheu o Rio Grande do Sul.

No caso do primeiro desses quesitos, houve um número expressivo de respostas com erro de preenchimento, por má compreensão das instruções. Apenas onze questionários (metade do total) foram respondidos de forma adequada.

A combinação dos resultados desses onze questionários mostra a seguinte indicação de importância dos fatores, em ordem decrescente:

1. Incentivos Diversos;
 2. Infra-Estrutura Econômica e Mercado Regional;
 3. Condições de Estabilidade Financeira do Estado;
 4. Perspectivas de Continuidade Administrativa;
 5. Proximidade do NAFTA, da União Européia ou do MERCOSUL;
-

6. Expectativas Positivas quanto ao Cumprimento de Acordos Oficiais;
7. Disponibilidade de Matéria-Prima Local;
8. Mercado Nacional;
9. Custo da Mão-de-Obra.

É importante destacar, no entanto, que houve pouca concordância entre as respostas enviadas pelas diferentes empresas. Esse resultado não pode ser considerado surpreendente, tendo-se em vista as características variadas dos empreendimentos que compõem o conjunto sob análise. Uma evidencia dessas discrepâncias é o fato de que o valor do coeficiente de concordância de Kendall, calculado com base nas onze ordenações, foi de apenas 0,045. Por esse motivo, a interpretação dos resultados da pesquisa exige uma análise mais detalhada, apresentada nas seções a seguir, na qual se leva em conta, de forma conjunta, os dois quesitos contidos no formulário, com destaque para as diferenças existentes entre as empresas quanto a esse ponto.

6.1.1 Incentivos A seguir, é apresentada uma análise mais detalhada das posições alcançadas pelos diferentes fatores nas respostas.

O item *Incentivos Diversos* aparece como o fator mais importante na opção pelo Rio Grande do Sul em dois casos; em segundo lugar, em três; em terceiro, em um; e em quarto, em outro. Em apenas quatro casos aparece após o quinto lugar, como mostra a tabela 25.

Deve-se destacar que a importância desse fator transparece mesmo nas respostas de algumas das empresas que preencheram de forma incorreta o formulário, por não observarem adequadamente as instruções relativas a essa questão. Em alguns desses casos, não houve ordenação completa dos fatores, enquanto, em outros, apenas alguns fatores foram assinalados com um x.

TABELA 25
Postos Alcançados nas Ordenações das
Empresas pelo Fator *Incentivos Diversos*

Posição	Número de Vezes
Primeiro	2
Segundo	3
Terceiro	1
Quarto	1
Quinto	-
Sexto	-
Sétimo	2
Oitavo	-
Nono	1
Décimo	1

Fonte: Pesquisa "Fatores Determinantes das Opções de Localização de Novos Empréstimos no Rio Grande do Sul" — realizada pelos autores.

Além disso, dentre as 21 empresas que responderam à questão aberta sobre os motivos da opção pelo Rio Grande do Sul, nove mencionaram os incentivos oferecidos pelo estado como um dos fatores determinantes da decisão.

6.1.2 Infra-Estrutura Econômica Embora a infra-estrutura econômica do estado tenha ficado em segundo lugar no *ranking* composto, nenhuma empresa a apontou como principal fator na tomada de decisão quanto à localização. Além disso, ela aparece com pouco destaque nas respostas dadas à questão aberta, na qual apenas duas empresas mencionaram a infra-estrutura, ou itens de infra-estrutura, como elementos que influenciaram de forma positiva sua opção pelo Rio Grande do Sul. O mesmo ocorre no caso das respostas incompletas à questão em que era solicitada a ordenação dos fatores.

Sua posição de destaque na ordenação conjunta deve-se mais ao número expressivo de colocações secundárias e ao pequeno número de indicações nas últimas posições do *ranking*.

TABELA 26
Postos Alcançados nas Ordenações das Empresas
pelo Fator *Infra-Estrutura Econômica*

Posição	Número de Vezes
Primeiro	-
Segundo	1
Terceiro	4
Quarto	1
Quinto	1
Sexto	1
Sétimo	-
Oitavo	2
Nono	-
Décimo	1

Fonte: Ver tabela 27.

6.1.3 Mercado Regional Num número expressivo de casos, o atendimento do mercado regional ou local aparece como um dos principais determinantes da opção pelo estado. Além disso, a importância do mercado local ou regional pode ser percebida com clareza em muitas das respostas incompletas.

TABELA 27
Postos Alcançados nas Ordenações das
Empresas pelo Fator *Mercado Regional*

Posição	Número de Vezes
Primeiro	2
Segundo	2
Terceiro	1
Quarto	1
Quinto	-
Sexto	-
Sétimo	1
Oitavo	2
Nono	1
Décimo	1

Fonte: Ver tabela 25.

6.1.4 Condições de Estabilidade Financeira do Estado Outro indicativo de que o atendimento do mercado local ou regional teve importância significativa em um número expressivo de decisões de localização é o fato de que, em quatro casos, houve menção a esse fator nas respostas à questão aberta.

A terceira posição desse fator no *ranking* explica-se principalmente pelo pequeno número de vezes em que foi mencionado nas últimas colocações, como se observa na tabela 30. Esse fator não tem indicações positivas nas respostas incompletas, nem é referida nos textos relativos à questão aberta.

TABELA 28
Postos Alcançados nas Ordenações das Empresas pelo
Fator *Condições de Estabilidade Financeira do Estado*

Posição	Número de Vezes
Primeiro	-
Segundo	1
Terceiro	-
Quarto	3
Quinto	1
Sexto	4
Sétimo	1
Oitavo	1
Nono	-

Fonte: Ver tabela 25.

6.1.5 Perspectivas de Continuidade Administrativa

questão aberta.

Este é outro fator pouco destacado pelas empresas incluídas na pesquisa, e não foi mencionado nas respostas à

TABELA 29
Postos Alcançados nas Ordenações das Empresas pelo Fator *Perspectivas de Continuidade Administrativa*

Posição	Número de Vezes
Primeiro	-
Segundo	2
Terceiro	1
Quarto	-
Quinto	3
Sexto	-
Sétimo	2
Oitavo	3
Nono	-
Décimo	-

Fonte: Ver tabela 25.

6.1.6 Proximidade do MERCOSUL

A importância da proximidade com Uruguai e Argentina parece estar sendo subestimada pelos resultados do *ranking*, baseado nas onze empresas que responderam de forma correta à questão.

A maneira como foi formulada a questão relativa a esse fator, a qual também inclui o NAFTA e a União Européia, parece ter induzido a alguns erros nas respostas. Prova disso é o fato de que, entre as quatro empresas que destacam o MERCOSUL em suas respostas à questão aberta, uma posicionou esse item em último lugar no seu *ranking*.

TABELA 30
Postos Alcançados nas Ordenações das Empresas pelo Fator *Proximidade do MERCOSUL*

Posição	Número de Vezes
Primeiro	1
Segundo	-
Terceiro	1
Quarto	4
Quinto	1
Sexto	-
Sétimo	1
Oitavo	-
Nono	1
Décimo	2

Fonte: Ver tabela 25.

6.1.7 Expectativas de Cumprimento dos Acordos Oficiais Este é outro fator que não aparece com destaque — tanto em termos positivos quanto negativos — no conjunto de respostas.

TABELA 31
Postos Alcançados nas Ordenações das Empresas pelo Fator
Expectativas quanto ao Cumprimento de Acordos Oficiais

Posição	Número de Vezes
Primeiro	-
Segundo	1
Terceiro	3
Quarto	-
Quinto	2
Sexto	-
Sétimo	2
Oitavo	-
Nono	3
Décimo	-

Fonte: Ver tabela 25.

6.1.8 Disponibilidade de Matéria-Prima Local Embora não apareça com destaque nos resultados do *ranking* combinado, a disponibilidade de matéria-prima surgiu como principal fator na decisão de localização de algumas empresas, em especial no caso das ligadas à agroindústria, à petroquímica ou ao beneficiamento de madeira.

TABELA 32
Postos Alcançados nas Ordenações das Empresas
pelo Fator *Disponibilidade de Matéria-Prima Local*

Posição	Número de Vezes
Primeiro	3
Segundo	-
Terceiro	-
Quarto	-
Quinto	2
Sexto	1
Sétimo	1
Oitavo	-
Nono	1
Décimo	3

Fonte: Ver tabela 25.

6.1.9 Mercado Nacional A distância do Rio Grande do Sul em relação ao centro de gravidade do mercado nacional certamente explica o fato de que a maioria das empresas que se localizam no estado atribua pouca importância a esse fator. Apesar disso, três empresas (uma das quais respondeu à questão de forma incompleta) destacaram o atendimento do mercado nacional como principal fator determinante de sua opção locacional.

TABELA 33
Postos Alcançados nas Ordenações das
Empresas pelo Fator *Mercado Nacional*

Posição	Número de Vezes
Primeiro	2
Segundo	-
Terceiro	-
Quarto	1
Quinto	1
Sexto	2
Sétimo	-
Oitavo	1
Nono	2
Décimo	2

Fonte: Ver tabela 25.

Deve-se registrar que a análise das respostas dadas por duas dessas empresas à questão aberta não parece compatível com o destaque dado na questão estruturada. Nenhuma delas menciona o mercado nacional nessas respostas, e outros fatores, como o MERCOSUL, a existência de outras unidades do grupo no estado ou a qualidade da mão-de-obra são destacados como os aspectos mais importantes para a decisão de localização.

6.1.10 Custos de Mão-de-Obra Na maior parte dos casos, os custos de mão-de-obra não aparecem como fator favorável importante nas decisões de localização de empresas no estado. No entanto, duas empresas — uma das quais de um ramo que até agora não existia no Rio Grande do Sul — colocam esse fator em posição de destaque entre os determinantes de sua opção. Assim, essa regra não parece ter aplicação geral, o que indica a necessidade de contextualizar-se a análise da influência locacional do custo de mão-de-obra, e também de serem considerados o seu nível de qualificação e as características da atividade.

TABELA 34
Postos Alcançados nas Ordenações das
Empresas pelo Fator *Custo da Mão-de-Obra*

Posição	Número de Vezes
Primeiro	1
Segundo	1
Terceiro	-
Quarto	-
Quinto	-
Sexto	3
Sétimo	1
Oitavo	2
Nono	2
Décimo	1

Fonte: Ver tabela 25.

6.2 A Escolha da Localização no Estado

Embora as preocupações do presente estudo concentrem-se na identificação dos fatores que influenciaram a escolha dos estados onde se localizariam os empreendimentos, (não se propôs uma discussão mais detida de questões relacionadas com a sua microlocalização), foram incluídas, no questionário, duas perguntas, uma estruturada e outra aberta, relacionadas a esse tema.

A tabela 35 apresenta os resultados das respostas à questão estruturada, na qual é arrolada uma série de fatores; pede-se a identificação do grau de influência de cada um deles sobre a opção locacional da empresa.

Cabe destacar que o número de erros de preenchimento foi bem menor nessa questão, e, por isso, foi possível aproveitar-se a quase totalidade das respostas.

TABELA 35
Fatores que Influenciaram a Escolha da Região ou do Município

Fator e Grau de Importância	Muito Import.	Import. Média	Pouco Import.	Import. Nula	Sem Resp.	Com Erro
Proximidade do mercado consumidor	12	4	3	2	1	0
Proximidade de fonte de matéria-prima	8	2	8	3	1	0
Menores custos de mão-de-obra	4	10	7	0	1	0
Incentivos federais (RECONVERSUL)	5	1	4	8	4	0
Incentivos estaduais diferenciados (FUNDOPEM)	16	5	0	0	1	0
Incentivos municipais	4	7	4	4	3	0
Disponibilidade de serviços especializados	4	8	3	4	2	1
Qualidade de vida na região ou no município	3	10	4	2	2	1
Qualificação diferenciada da mão-de-obra	4	10	3	2	3	0
Proximidade de fornecedores	4	6	6	4	2	0

(continua)

(Continuação)

Fator e Grau de Importância	Muito Import.	Import. Média	Pouco Import.	Import. Nula	Sen: Resp.	Com Erro
Qualidade da infra-estrutura urbana	3	7	5	5	2	0
Acesso fácil a vias de transporte rodoviário	11	7	1	2	1	0
Proximidade de universidade ou centro de pesquisa	4	8	4	4	2	0
Proximidade de outras unidades da empresa	6	5	4	5	2	0
Proximidade de porto	3	5	5	6	3	0
Proximidade da residência de proprietários ou sócios	5	2	6	7	2	0
Disponibilidade de área adequada	10	7	1	2	2	0
Menor custo da área	5	6	4	5	2	0
Acesso a vias de transporte ferroviário	2	3	4	10	2	1
Proximidade de outras empresas do mesmo ramo	1	4	4	10	3	0
Proximidade da capital	4	5	2	10	1	0

Fonte: Ver tabela 25.

7 CONCLUSÃO

Graças a uma política agressiva de atração de investimentos, associada a algumas vantagens locacionais importantes do estado, como a sua posição geográfica favorável no contexto das vias de transporte do MERCOSUL, o Rio Grande do Sul conseguiu atrair alguns grandes empreendimentos nos dois últimos anos. Entre eles, destacam-se duas montadoras de automóveis (General Motors e Ford) e uma de caminhões (Navistar), a qual deverá instalar-se em Caxias do Sul, associada a um grupo local.

Outros empreendimentos que decidiram instalar-se no estado obedeceram a outra lógica locacional, menos relacionada com a posição geo-econômica do estado ou com sua política de incentivos. É o caso dos investimentos ligados à ampliação da capacidade do Pólo Petroquímico de Triunfo, e das empresas que utilizam matérias-primas locais ou das que se voltam para o atendimento do mercado regional.

A situação relativamente difícil das finanças públicas estaduais não parece ter influenciado as decisões de localização desses empreendimentos. Além disso, os resultados da pesquisa realizada junto a essas empresas não revelou indícios mais significativos de preocupação quanto ao futuro descumprimento dos compromissos assumidos pelo governo do estado nas negociações relacionadas com a concessão de incentivos.

Isso talvez se deva à percepção, por parte dos investidores, de que os problemas existentes no Rio Grande do Sul não se constituem em um caso isolado e que, mais cedo ou mais tarde, a aprovação de reformas, pelo Congresso, nas áreas administrativa, previdenciária e fiscal permitirá que os estados venham a equilibrar a sua situação financeira.

ANEXO A
Questionário**ipea***Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*
Programa de Estudos de Políticas Públicas

Questionário

Firma ou Razão Social:

Endereço:

Classe ou Atividade Principal da Empresa:

 Indústria Comércio Serviços Construção Transportes

Situação Atual:

 Projeto Em Implantação Em Operação

Origem do Capital:

 Nacional Estrangeira Mista

Valor do Investimento:

R\$ _____

Localização no Estado

Por que optou pelo estado do Rio Grande do Sul?

Principais Fatores de Motivação Locacional do Projeto:

Incentivos Diversos
Disponibilidade de Matéria-Prima Local
Custo da Mão-de-Obra
Condições de Estabilidade Financeira do Estado

Expectativas Positivas quanto ao Cumprimento de Acordos Oficiais
 Proximidade do NAFTA, da União Européia ou do MERCOSUL
 Perspectivas de Continuidade Administrativa
 Infra-Estrutura Econômica
 Mercado Regional
 Mercado Nacional

Ordene de forma decrescente os fatores antes listados, de acordo com sua importância para a localização do projeto.

Fatores Incidentes Sobre a Escolha da Localização no Território do Estado

Qual o grau de importância dos seguintes fatores para a escolha do município ou região onde foi localizado o empreendimento:

Fator	Muito Importante	Importância Média	Pouco Importante	Importância Nula
Proximidade do mercado consumidor				
Proximidade de fonte de matéria-prima				
Menores custos de mão-de-obra				
Incentivos federais diferenciados (RECONVERSUL)				
Incentivos estaduais diferenciados (FUNDOPEM)				
Incentivos municipais				
Disponibilidade de serviços de apoio especializados				
Qualidade de vida no município ou na região				
Qualificação diferenciada da mão-de-obra				
Proximidade de fornecedores				
Qualidade da infra-estrutura urbana				
Acesso fácil a vias de transporte rodoviário				
Proximidade de universidade ou centro de pesquisa				
Proximidade de outras unidades da empresa				
Proximidade de um porto				
Proximidade da residência dos proprietários ou sócios				
Disponibilidade de área adequada				
Menor custo da área onde foi construída a unidade				
Acesso fácil a vias de transporte ferroviário				
Proximidade de outras empresas do mesmo ramo				
Proximidade da capital				

Caso outro fator tenha sido especialmente importante para a escolha da localização da unidade, indique-o no espaço a seguir:

ANEXO B
 Comparação Entre as Estimativas
 do PIB Elaboradas pelo IPEA e pela FEE

TABELA A1
 Índices do Produto Real do Rio Grande do Sul, por
 Setores, 1985/1996, segundo o IPEA e a FEE — 1985=100

Ano	IPEA				FEE			
	Agrop.	Ind.	Serv.	Total	Agrop.	Ind.	Serv.	Total
1985	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1986	89,49	111,66	109,11	107,04	91,29	111,96	106,27	106,02
1987	103,44	112,02	111,66	110,53	108,94	111,46	106,98	108,87
1988	100,63	107,07	113,39	109,10	104,19	108,29	109,31	108,17
1989	106,54	109,85	118,62	113,53	115,57	110,65	113,56	112,83
1990	101,86	98,73	120,59	109,64	111,12	99,80	115,55	109,27
1991	90,81	90,88	118,38	103,99	90,14	94,53	118,59	105,67
1992	110,95	97,15	119,26	109,82	122,79	99,46	123,36	114,75
1993	115,65	111,25	127,09	119,48	127,95	115,24	129,76	124,31
1994	116,23	121,02	131,48	125,27	122,10	124,50	132,17	127,91
1995	122,92	114,59	137,86	126,97	129,04	112,92	135,71	127,12
1996					124,28	113,26	136,43	127,05

TABELA A2
 Taxas Anuais de Variação do Produto Real do Rio Grande do Sul,
 por Setores, entre 1985 e 1996, segundo o IPEA e a FEE

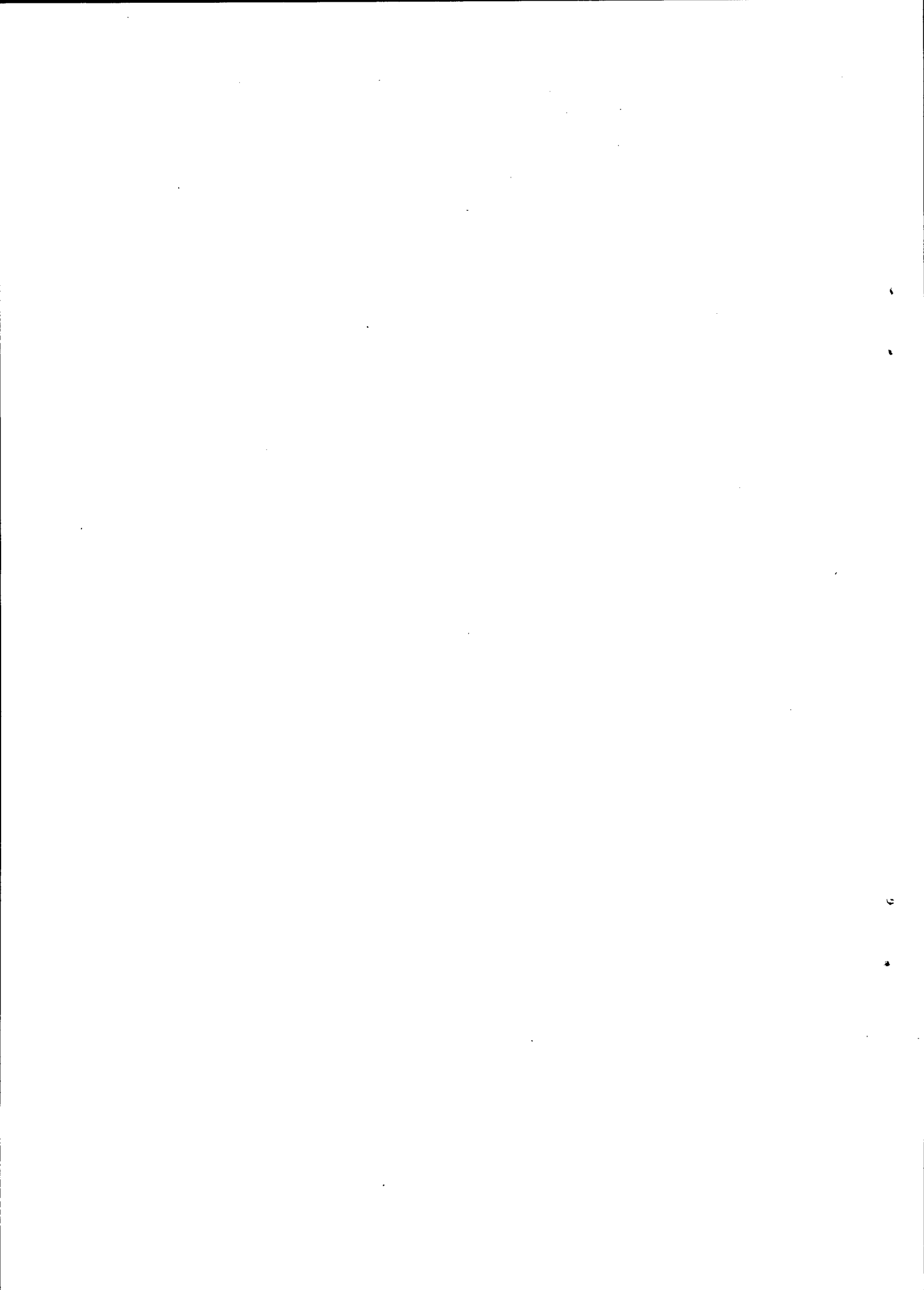
Ano	IPEA				FEE			
	Agrop.	Ind.	Serv.	Total	Agrop.	Ind.	Serv.	Total
1985-86	-10,51	11,66	9,11	7,04	-8,71	11,96	6,27	6,02
1986-87	15,59	0,32	2,33	3,26	19,33	-0,44	0,67	2,69
1987-88	-2,71	-4,41	1,56	-1,29	-4,36	-2,84	2,18	-0,64
1988-89	5,87	2,60	4,61	4,06	10,92	2,18	3,89	4,31
1989-90	-4,39	-10,12	1,66	-3,42	-3,85	-9,81	1,75	-3,16
1990-91	-10,85	-7,96	-1,83	-5,16	-18,88	-5,27	2,63	-3,29
1991-92	22,17	6,91	0,75	5,61	36,21	5,22	4,03	8,59
1992-93	4,24	14,51	6,56	8,80	4,21	15,86	5,19	8,33
1993-94	0,50	8,78	3,45	4,85	-4,57	8,04	1,86	2,90
1994-95	5,76	-5,31	4,85	1,35	5,68	-9,30	2,68	-0,62
1995-96					-3,68	0,30	0,53	0,05

TABELA A3
Participação dos Setores no PIB do Rio Grande do Sul,
segundo o IPEA e a FEE — 1985/1995

Ano	IPEA				FEE			
	Agrop.	Ind.	Serv.	Total	Agrop.	Ind.	Serv.	Total
1985	15,34	36,96	47,70	100,00	15,23	35,66	49,10	100,00
1986	12,82	38,55	48,62	100,00	14,46	37,06	48,48	100,00
1987	14,35	37,46	48,19	100,00	11,69	36,05	52,27	100,00
1988	14,15	36,27	49,58	100,00	12,41	36,97	50,62	100,00
1989	14,39	35,76	49,84	100,00	9,87	35,44	54,70	100,00
1990	14,25	33,28	52,47	100,00	10,78	35,45	53,77	100,00
1991	13,39	32,30	54,31	100,00	10,94	34,91	54,15	100,00
1992	15,49	32,70	51,81	100,00	13,02	34,85	52,13	100,00
1993	14,84	34,41	50,74	100,00	12,43	36,54	51,03	100,00
1994	14,23	35,70	50,07	100,00	10,43	37,45	52,11	100,00
1995	14,85	33,36	51,80	100,00	10,51	34,71	54,78	100,00

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, J. A. F. Panorama da economia do Rio Grande do Sul em 1996. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, FEE, v. 25, n.1, 1997.
- BOSIO, M. A. *As finanças do Rio Grande do Sul na década de 90.*— Porto Alegre: set. 1997. Trabalho apresentado no Iº Seminário Conjunto de Discussões Temáticas de Partidos Populares do Rio Grande do Sul. mimeo
- GAZETA MERCANTIL. *Balanço anual 1997 - Rio Grande do Sul.* Ano IV, n.4, Porto Alegre, Jul. 1997.
- MENEGHETTI NETO, A. Finanças públicas estaduais: o desempenho em 1996. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, FEE, v. 25, n.1, 1997.
- OLIVEIRA E SILVA, CONSIDERA, VALADÃO e MEDINA. *Produto interno bruto por unidade da Federação.*— Rio de Janeiro e Brasília: IPEA, 1996. (Texto para Discussão, n.424)
- RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. *Projeto RS-2010 - núcleo agregados macroeconômicos.*— Porto Alegre: jun. 1997b. (Texto para Discussão Interna)
- RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. *Projeto RS-2010 - núcleo infraestrutura.*— Porto Alegre: mai. 1997a. (Texto para Discussão Interna)
-



PUBLICAÇÕES DO IPEA (TEXTOS)
1998/1999

TEXTO PARA DISCUSSÃO – TD

- Nº 538 “Competitividade de Grãos e de Cadeias Seleccionadas do *Agribusiness*”, José Garcia Gasques, Carlos Monteiro Villa Verde, Frederico Andrade Tomich, João Alberto De Negri, Luís Carlos G. de Magalhães e Ricardo Pereira Soares, Brasília, janeiro 1998, 162 p.
- Nº 539 “State-Level Pension Reform: the Case of Rio Grande do Sul”, William McGreevey, Francisco Eduardo Barreto de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão, Rio de Janeiro, janeiro 1998, 22 p.
- Nº 540 “Para Onde Vai a Estrutura Industrial Brasileira?”, Regis Bonelli e Robson R. Gonçalves, Rio de Janeiro, janeiro 1998, 51 p.
- Nº 541 “Medidas Antidumping, Anti-Subsídios e de Salvaguardas: Experiência Recente e Perspectivas no Mercosul”, Guida Piani, Rio de Janeiro, janeiro 1998, 23 p.
- Nº 542 “Uma Avaliação do Impacto do Programa Curumim sobre o Desempenho Escolar”, Ricardo Paes de Barros, Rosane Mendonça e Marcelo Soares, Rio de Janeiro, fevereiro 1998, 26 p.
- Nº 543 “Um Modelo Econométrico da Conta Corrente do Governo no Brasil — 1951/95”, Beatriz C. Muriel Hernández, Rio de Janeiro, fevereiro 1998, 32 p.
- Nº 544 “A Capacidade de Absorção de Mão-de-Obra da Economia do Rio de Janeiro”, Ricardo Paes de Barros, Daniela Ribeiro da Costa, Miguel Foguel e Rosane Mendonça, Rio de Janeiro, fevereiro 1998, 23 p.
- Nº 545 “As Exportações Brasileiras no Período 1977/96: Desempenho e Determinantes”, Marco Antônio F. H. Cavalcanti e Fernando José Ribeiro, Rio de Janeiro, fevereiro 1998, 46 p.
- Nº 546 “Programas Federais de Apoio aos Pequenos Investimentos: Justificativas, Características e Balanço Preliminar”, Carlos Alberto Ramos, Brasília, fevereiro de 1998, 25 p.
- Nº 547 “Dimensionamento e Acompanhamento do Gasto Social Federal” Maria Alice da Cunha Fernandes, Margarida Maria Sousa de Oliveira, Denise C. Correa da Rocha, Nyedja da Silva Marinho e José Aparecido Carlos Ribeiro, Brasília, fevereiro 1998, 68 p.
- Nº 548 “Situação Social e Demográfica dos Beneficiários da Reforma Agrária: um Atlas”, Maria Beatriz de Albuquerque David, Philippe Waniez e Violette Brustlein, Rio de Janeiro, março 1998, 38 p.
- Nº 549 “O Setor Serviços no Brasil: Uma Visão Global — 1985/95”, Hildete Pereira de Melo, Frederico Rocha, Galeno Ferraz, Alberto Di Sabbato e Ruth Dwech, Rio de Janeiro, março 1998, 43 p.
- Nº 550 “A Equidade nas Negociações Internacionais entre Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento para a Redução dos Gases de Efeito Estufa: Principais Critérios e Implicações”, Mana Bernadete Sarmiento Gutierrez, Rio de Janeiro, março 1998, 16 p.
- Nº 551 “Industrial Policy in Brasil a Framework”, Donald Hay, Rio de Janeiro, março 1998, 19 p.
- Nº 552 “Rising Wages and Declining Employment: the Brazilian Manufacturing Sector in the 90s”, Marcos Chamon, Rio de Janeiro, março 1998, 19 p.
-

-
- Nº 553 "On Statistical Mapping of Poverty: Social Reality, Concepts and Measurement", Sonia Rocha, Rio de Janeiro, março 1998, 10 p.
- Nº 554 "O Recente Desempenho das Cidades Médias no Crescimento Populacional Urbano Brasileiro", Thompson Almeida Andrade e Rodrigo Valente Serra, Rio de Janeiro, março 1998, 27 p.
- Nº 555 "Análise de Dois Programas Estaduais de Implantação da Gestão da Qualidade Total: PROQUALI e PQAP", Fábio Ferreira Batista, Brasília, abril 1998, 37 p.
- Nº 556 "Utilização de Critérios Econômicos para a Valorização da Água no Brasil", Ronaldo Seroa da Motta, Rio de Janeiro, abril 1998, 80 p.
- Nº 557 "Ganhos de Produtividade e de Eficiência: Novos Resultados para a Economia Brasileira", Regis Bonelli e Renato Fonseca, Rio de Janeiro, abril 1998, 43 p.
- Nº 558 "Elasticidade-Renda e Elasticidade-Preço da Demanda de Automóveis no Brasil", João Alberto De Negri, Brasília, abril 1998, 22 p.
- Nº 559 "O Déficit Habitacional Brasileiro: Um Mapeamento por Unidades da Federação e por Níveis de Renda Domiciliar", Robson R. Gonçalves, Rio de Janeiro, abril 1998, 24 p.
- Nº 560 "Serviços Privados de Vigilância e Guarda no Brasil: um Estudo a Partir de Informações da PNAD — 1985/95", Leonarda Musumeci, Rio de Janeiro, maio 1998, 71 p.
- Nº 561 "Sobre o Funcionamento dos Fundos Garantidos", Sandro Canesso de Andrade, Rio de Janeiro, maio 1998, 17 p.
- Nº 562 "Rede Básica de Transportes da Amazônia", José Alex Sant'Anna, Brasília, junho 1998, 86 p.
- Nº 563 "Estimativas do Valor da Produção Industrial e Elaboração de Coeficientes de Exportações e Importação da Indústria Brasileira (1985/96)", Lia Haguener, Ricardo Markwald e Henry Pourchet, Brasília, julho de 1998, 78 p.
- Nº 564 "Uma Avaliação dos Efeitos do Salário-Mínimo sobre o Mercado de Trabalho no Brasil", Miguel Nathan Foguel, Rio de Janeiro, junho 1998, 26 p.
- Nº 565 "O Serviço Doméstico Remunerado no Brasil: de Criadas a Trabalhadoras", Hildete Pereira de Melo, Rio de Janeiro, junho 1998, 29 p.
- Nº 566 "O Impacto de Três Inovações Institucionais na Educação Brasileira", Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça, Rio de Janeiro, junho 1998 61 p.
- Nº 567 "Desigualdade Regional e Pobreza no Brasil: A Evolução — 1981/95", Sonia Rocha, Rio de Janeiro, junho 1998, 21 p.
- Nº 568 "Sistema Público de Emprego: Objetivos, Eficiência e Eficácia (Notas sobre os países da OCDE e o Brasil)", Carlos Alberto Ramos e Paulo Springer de Freitas, Brasília, julho de 1998, 39 p.
- Nº 569 "As Estratégias dos Grandes Grupos Industriais Brasileiros nos Anos 90", Regis Bonelli, Rio de Janeiro, julho 1998, 49 p.
- Nº 570 "Estimating Timber Depreciation in the Brazilian Amazon", Ronaldo Seroa da Motta, Claudio Ferraz, Rio de Janeiro, julho 1998, 21 p.
- Nº 571 "Abertura Comercial, *Mark Ups* Setoriais Domésticos e Rentabilidade Relativa das Exportações". Thiago Pereira e Alexandre Carvalho, Brasília, julho de 1998, 58 p.
-

-
- Nº 572 "Estoque de Riqueza e a Poupança do Setor Privado no Brasil — 1970/95", Lucilene Morandi, Rio de Janeiro, junho de 1998, 22 p.
- Nº 573 "Reflexões Sobre os Mecanismos de Universalização do Acesso Disponíveis para o Setor de Telecomunicações no Brasil", Eduardo Sampaio Fiuza, Marcelo Cortes Neri, Rio de Janeiro, julho 1998, 64 p.
- Nº 574 "Evolução da Competitividade da Produção Manufatureira no Brasil", Regis Bonelli, Renato Fonseca, Rio de Janeiro, julho 1998, 18 p.
- Nº 575 "An Adaptive Resampling Scheme for Cycle Estimation", Alexandra Mello Schmidt, Dani Gamerman, Ajax R. B. Moreira, Rio de Janeiro, julho 1998, 26 p.
- Nº 576 "O Papel do Estado na Pesquisa Agrícola no Brasil", Regis Bonelli e Elisa de Paula Pessoa, Rio de Janeiro, julho de 1998, 40 p.
- Nº 577 "Relações de Curto e Longo Prazo entre as Poupanças Interna e Externa Brasileiras", Adolfo Sachsida e Marcelo Abi-Romia Caetano, Brasília, agosto de 1998, 24 p.
- Nº 578 "Competitividade e Crescimento das Exportações Brasileiras", Marcelo José Nonnenberg, Rio de Janeiro, agosto 1998, 77 p.
- Nº 579 "Os impactos das Políticas Monetária e Cambial no Brasil Pós-Plano Real", Ajax Reynaldo Bello Moreira, Antonio Fiorencio e Elcyon Caiado Rocha Lima, Rio de Janeiro, agosto 1998, 25 p.
- Nº 580 "Desenvolvimento Sustentável no Mercosul: A proposta de um marco regulatório", Maria Bernadete Sarmiento Gutierrez, Rio de Janeiro, agosto 1998, 15 p.
- Nº 581 "Credibilidade da Política Cambial e as Operações Cambiais". Katia Maria Carlos Rocha e Ajax R. Bello Moreira, Rio de Janeiro, Agosto 1998, 20 p.
- Nº 582 "Programas de Renda Mínima Linhas Gerais de uma Metodologia de Avaliação a Partir da Experiência Pioneira do Paranoá no Distrito Federal, João Sabóia e Sonia Rocha, Rio de Janeiro, agosto de 1998, 37 p.
- Nº 583 "Uma Análise da Carga Tributária do Brasil". Ricardo Varsano, Elisa de Paula Pessoa, Napoleão Luiz Costa da Silva, José Roberto Rodrigues Afonso, Erika Amorim Araújo e Julio Cesar Macil Raimundo, Rio de Janeiro, agosto de 1998, 55 p.
- Nº 584 "A Note on Foreign Direct Investment (IDI) and Industrial Competitiveness in Brazil" Regis Bonelli, Riode Janeiro, agosto de 1998, 29 p.
- Nº 585 "Efeitos Regionais do Mercosul: uma Análise Diferencial Estrutural para o Período 1990/95", Honorio Kume e guida Piani, Rio de Janeiro, agosto de 1998, 27 p.
- Nº 586 "Quantificação das Deseconomias do Transporte Urbano: Uma Resenha das Experiências Internacionais", Eduardo de Alcântara Vasconcellos e Iêda Maria de Oliveira Lima, Brasília, agosto de 1998, 48 p.
- Nº 587 "Gratuidade do SUS: Controvérsia em Torno do Co-Pagamento", Solon Magalhães Vianna, Sérgio Francisco Pioia e Carlos Octávio Ocklé Reis, Brasília, setembro 1998, 49 p.
- Nº 588 "Fundos de Poupança Compulsória e Financiamento da Economia 1990/1997", Maurício Mota Sabova Pinheiro, Brasília, setembro 1998, 28 p.
- Nº 589 "Poupança Doméstica no Brasil: Evolução Recente e Perspectivas", José Oswaldo Cândido Júnior, Brasília, setembro 1998, 36 p.
-

-
- Nº 590 "A Política Industrial em uma Perspectiva de Longo Prazo", Robson R. Gonçalves, Rio de Janeiro, setembro 1998, 29 p.
- Nº 591 "Acessibilidade Alimentar e Estabilização Econômica no Brasil nos Anos 90", Lena Lavinas, Rio de Janeiro, setembro 1998, 19 p.
- Nº 592 "Crescimento Econômico nas Cidades Médias Brasileiras", Thompson A. Andrade, Rodrigo V. Serra, Rio de Janeiro, setembro 1998, 24 p.
- Nº 593 "Modelos de Gerações Superpostas com Muitas Gerações: Algoritmo de Solução", Roberto de Goes Ellery Junior e Rogério Boueri Miranda, Brasília, outubro 1994, 24 p.
- Nº 594 "Adoção Tecnológica e Subdesenvolvimento", Roberto de Goes Ellery Junior, Brasília, outubro 1998, 26 p.
- Nº 595 "Homens x Mulheres: Substitutos ou Complementares no Mercado de Trabalho?", Adolfo Sachida e Paulo Roberto Loureiro, Brasília, outubro de 1998, 16 p.
- Nº 596 "Programas de Garantia de Renda Mínima: Perspectivas Brasileiras", Lena Lavinas, Rio de Janeiro, outubro de 1998, 37 p.
- Nº 597 "Intermediação de Poupança para Investimento no Setor Produtivo", Rogério Boueri Miranda, Waldery Rodrigues Júnior e Marly Matias Silva, Brasília, outubro de 1998, 32 p.
- Nº 598 "Gasto Social das Três esferas de governo — 1995", Maria Alice da Cunha Fernandes, Denise C. Correa da Rocha, Margarida Maria Sousa de Oliveira, José Aparecido Carlos Ribeiro e Luseni Maria Cordeiro de Aquino, Brasília, outubro de 1998, 59 p.
- Nº 599 "O Mercado Privado de Serviços de Saúde no Brasil: Panorama Atual e Tendências da Assistência Médica Suplementar", Célia Almeida, Brasília, novembro de 1998, 81 p.
- Nº 600 "Desempenho do Setor de Serviços Brasileiro no Mercado Internacional", Maria Helena Horta, Carlos Frederico de Souza, Sérgio da Cruz Waddington, Rio de Janeiro, novembro de 1998, 47 p.
- Nº 601 "Os Serviços de Limpeza e Conservação no Brasil", Galeno Ferraz, Frederico Rocha, Rio de Janeiro, novembro de 1998, 21 p.
- Nº 602 "A Sustentabilidade do Endividamento Externo Brasileiro", Alexandre Samy de Castro, Marco Antônio F. H. Cavalcanti, Eustáquio J. Reis, Fábio Giambiagi, Rio de Janeiro, novembro de 1998, 33 p.
- Nº 603 "As Atividades Produtoras de *Software* no Brasil", Frederico Rocha, Rio de Janeiro, novembro de 1998, 22 p.
- Nº 604 "O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (FUNDEF) e seu Impacto no Financiamento do Ensino Fundamental", Jorge Abrahão de Castro, Brasília, novembro de 1998, 46 p.
- Nº 605 "Determinantes do Investimento Privado no Brasil: 1970-1995", Giovani Monteiro Melo, Waldery Rodrigues Júnior, Brasília, novembro de 1998, 34 p.
- Nº 606 "Reforma Tributária no Plano Constitucional: uma Proposta para o Debate", José Roberto Afonso, Fernando Rezende, Ricardo Varsano, Brasília, novembro de 1998, 80 p.
- Nº 607 "Previdência, Poupança e Crescimento Econômico: Interações e Perspectivas", Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltão e Antonio Carlos de Albuquerque David, Rio de Janeiro, novembro de 1998, 41 p.
-

-
- Nº 608 "Propostas de Instrumentos Econômicos Ambientais para a Redução do lixo Urbano e Reaproveitamento de Sucatas no Brasil", Ronaldo Seroa da Motta e Daiane Ely Sayago, Rio de Janeiro, novembro de 1998, 53 p.
- Nº 609 "Renda e Pobreza — Medidas *per capita* versus Adulto-Equivalene", Sonia Rocha, Rio de Janeiro, novembro de 1998, 15 p.
- Nº 610 "PIB por Unidade da Federação: Valores Correntes e Constantes — 1985/96", Claudio Monteiro Considera, Mérida Herasme Medina, Rio de Janeiro, dezembro de 1998, 32 p.
- Nº 611 "Mudanças na Distribuição Espacial da Produção de Grãos, Aves e Suínos no Brasil: O Papel do Centro-Oeste", Steven M. Helfand, Gervásio Castro de Rezende, Rio de Janeiro, dezembro de 1998, 38 p.
- Nº 612 "Fiscal Decentralization and Big Cities Financing in Brazil", Fernando Rezende, Brasília, Dezembro de 1998, 18 p.
- Nº 613 "Comparação de Modelos de Previsão para o PIB e o Produto da Indústria", Ajax R. Bello Moreira, Elaine Amendola, Rio de Janeiro, dezembro de 1998, 21 p.
- Nº 614 "Recebimento e Dispendio das Famílias Brasileiras: Evidências Recentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) - 1995/1996", Paulo Furtado de Castro, Luis Carlos G. de Magalhães, Brasília, dezembro de 1998, 37 p.
- Nº 615 "Divisão do Trabalho e a Demanda Dinâmica por Emprego e Horas", Rodrigo Pereira e Gustavo Gonzaga, Brasília, dezembro de 1998, 30 p.
- Nº 616 "Importação de Tecnologia, Acesso às Inovações e Desenvolvimento Regional: O Quadro Recente no Brasil", Adriana Pacheco Aurea e Antônio Carlos F. Galvão, Brasília, dezembro de 1998, 37 p.
- Nº 617 "Sistemas Industriais Localizados: O Vale do Paranhana — Complexo Calçadista do Rio Grande do Sul", Claudia Andreoli Galvão, Brasília, janeiro de 1999, 66 p.
- Nº 618 "A Beleza como Variável Econômica — Reflexo nos Mercados de Trabalho e de Bens e Serviços", Ruth Helena Dweck, Rio de Janeiro, janeiro de 1999, 37 p.
- Nº 619 "Model for Projections and Simulations of the Brazilian Economy", Eustáquio J. Reis, Marco Antônio F. H. Cavalcanti, Alexandre Samy de Castro, José Luiz Rossi Jr., Emerson Rildo de Araújo, Beatriz Muriel Hernandez, Rio de Janeiro, janeiro de 1999, 71 p.
- Nº 620 "Petroleum Concessions with Extendible Options: Investment Timing and Value Using Mean Reversion and Jump Processes for Oil Princes", Marco Antônio Guimarães Dias, Katia Maria Carlos Rocha, Rio de Janeiro, janeiro de 1999, 36 p.
- Nº 621 "Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos", Ana Amélia Camarano, Ricardo Abramovay, Rio de Janeiro, janeiro de 1999, 23 p.
- Nº 622 "Empresas Estrangeiras e Fusões e Aquisições: Os Casos dos Ramos de Autopeças e de Alimentação/Bebidas em Meados dos Anos 90", Rute Imanishi Rodrigues, Brasília, janeiro de 1999, 40 p.
- Nº 623 "Uma Análise da Relação entre Inflação e Dispersão de Preços antes e após a Estabilização", Márcio Oliveira Junior, Rio de Janeiro, Janeiro de 1999, 33 p.
- Nº 624 "Paraná: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos 90", José Romeu de Vasconcelos e Demian Castro, Brasília, fevereiro de 1999, 66 p.
-

Nº 625 "Rio Grande do Sul: Economia. Finanças Públicas e Investimentos nos Anos de 1986/1996", José Romeu de Vasconcelos e Carlos Antônio Fraquelli, Brasília, fevereiro de 1999, 55 p.
